

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

CENTRO INTERSETORIAL DE BEM-ESTAR LGBT+

Trabalho de Conclusão de Curso - 1ª Etapa

Acadêmico Diovane dos Santos Pedruzzi
Orientadora Daniela Mendes Cidade

2017.01

Í N D I C E

1. ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA	03		
1.1 Justificativa da temática escolhida	03		
1.2 Relações entre programa, sítio e tecido urbano de suporte	09		
1.3 Objetivos da proposta	10		
2. ASPECTOS RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	11		
2.1 Definição dos níveis e padrões de desenvolvimento pretendidos	11		
2.2 Metodologia e Instrumentos de Trabalho	11		
3. ASPECTOS RELATIVOS ÀS DEFINIÇÕES GERIAS	12		
3.1 Agentes de intervenção e seus objetivos	12		
3.2 Caracterização da população alvo	12		
3.3 Aspectos temporais, com estimativa de prazo e/ou etapas de execução	12		
3.4 Aspectos econômicos, informando fontes de recursos, custos estimados e participação dos agentes	13		
4. ASPECTOS RELATIVOS À DEFINIÇÃO DO PROGRAMA	14		
4.1 Descrição das atividades, organizadas por grupamentos e unidades espaciais	14		
4.2 Definição da população fixa e variável por atividade e unidade espacial	14		
4.3 Tabulação dos requerimentos funcionais, ambientais e dimensionais, da infraestrutura, dos equipamentos e do mobiliário específico por unidade	15		
4.4 Organização dos diferentes fluxos de pessoas, veículos e materiais, internos e externos	18		
5. LEVANTAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO (TERRENO E TECIDO URBANO DE SUPORTE)	19		
5.1 Potenciais e limitações da área, identificações de sua dinâmica e transformações, situação atual, demandas, tendências de desenvolvimento, planos e projetos incidentes	19		
		5.2 Morfologia urbana e relações funcionais locais, urbanas e regionais	20
		5.3 Uso do solo e atividades existentes	21
		5.4 Características especiais de edificações, espaços abertos e vegetação existentes	21
		5.5 Sistema de circulação veicular e peatonal, hierarquia, capacidade e demanda por estacionamento	22
		5.6 Redes de infraestrutura: água, drenagem, esgoto, energia e iluminação	22
		5.7 Aspectos qualitativos e quantitativos da população residente e usuária	22
		5.8 Levantamento fotográfico	23
		5.9 Levantamento plani-altimétrico, orientação solar, alinhamento, loteamento e cadastro, levantamento aero-fotogramétricos e outros documentos históricos	24
		5.10 Estrutura e drenagem do solo, acidentes naturais, galerias subterrâneas	25
		5.11 Micro-clima: umidade, insolação, ventos, acústica, fontes de poluição	25
		6. CONDICIONANTES LEGAIS	26
		6.1 Código de edificações e plano diretor municipal	26
		6.2 Normas de proteção contra incêndio	27
		6.3 Normas de acessibilidade universal aos espaços de uso	27
		6.4 Normas de proteção do ambiente natural e patrimônio histórico e cultural	27
		6.5 Normas de provedores de serviço de eletricidade, telefone, água, etc	27
		6.6 Normas de uso do espaço aéreo, áreas de marinha, da saúde, turismo, etc	27
		7. ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA	28
		7.1 Bibliografia, legislação, manuais técnicos, entrevistas, etc.	28
		8. MATERIAL COMPLEMENTAR	29
		8.1 Histórico acadêmico	29
		8.2 Portfólio resumido da produção acadêmica	30

1. ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA

1.1 Justificativa da temática escolhida

O espaço não é mero cenário, mas resultado de ações e discursos da sociedade, desta forma não expressando a priori liberdade ou repressão, mas podendo condicionar práticas sociais que as determinem. A arquitetura, no viés da problemática social, enquanto elemento com caráter e constituinte da cidade como organismo, exerce interferências no cenário urbano. Para o filósofo e sociólogo Lefebvre, os múltiplos conflitos e contradições sociais plasmam-se de modo especial na estrutura urbana, sendo a cidade a projeção da sociedade sobre o solo. Na prática o que se percebe é uma hierarquia hegemônica que define a construção do espaço social muito mais por tudo aquilo que se nega do que por aquilo que se diz, favorecendo determinados valores e anulando outros. Por fim o espaço pode transformar a sociedade ou uma sociedade transformada exige novos espaços? A final de contas o que transforma o que? Partindo dessas premissas, propõe-se como tema um espaço de caráter interdisciplinar que atenda a população LGBTQ+.

Grandes são, ainda em nosso período atual, as discriminações e opressões sociais aplicadas não apenas nos diferentes círculos e comunidades, mas também, nos

mais diversos níveis hierárquicos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu Artigo 1º, preconiza que:

"todos nascem livres e iguais em direitos e dignidade (...)"

"Ser livre não é meramente livrar alguém de suas correntes, mas viver de uma maneira que respeite e enalteça a liberdade do outro."

(Nelson Mandela)

A dignidade, caracteriza e molda cidadãos desde a infância, quando deturpada em decorrência de qualquer tipo de violência, acaba por acarretar marcas carregadas para o longo da vida. A Constituição da República Federativa do Brasil afirma no artigo 5º: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, (...)".

A Organização Mundial da Saúde define "violência" como o uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Essa definição considera as diferentes formas de

violência que não acarretam, necessariamente, em lesão ou morte, ou seja, diz respeito também às situações de desigualdade, discriminação e todos os tipos de abuso — físico, sexual e psicológico — que ocorrem dentro da família, nos sistemas de saúde, nas escolas, nos ambientes de trabalho e nas comunidades em que se vive.

A população LGBTQ+, compreendida como grupo social envolvendo Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e demais nichos representados pelo símbolo "+", tem a realidade da violência e vulnerabilidade, em suas muitas formas, presente em seu cotidiano, muitas vezes desde a infância. A homofobia, termo genérico utilizado para expressar os casos de violência para com essa população, pode ser traduzida em ódio, desprezo, intolerância e rejeição contra pessoas por conta de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero presumidas, podendo apresentar como consequências baixo rendimento/fobia/evasão escolar, dificuldades de relacionamento social, depressão, tentativas de suicídio, entre outros fatores ligados a Saúde (psicológica, emocional e física) e que interferem diretamente em seu bem-estar e desenvolvimento de vida.

"[O espaço queer] é um espaço que me parece libertador, e que pode ajudar-nos a evitar as características mais opressoras da cidade moderna. É um espaço que não tem uso, que é amoral e sensual, que vive só, em e para as experiências. É o mau uso ou a deformação de um lugar, a apropriação dos edifícios e dos códigos da cidade com intenções perversas."
(Aaron Betsky)

1. ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA

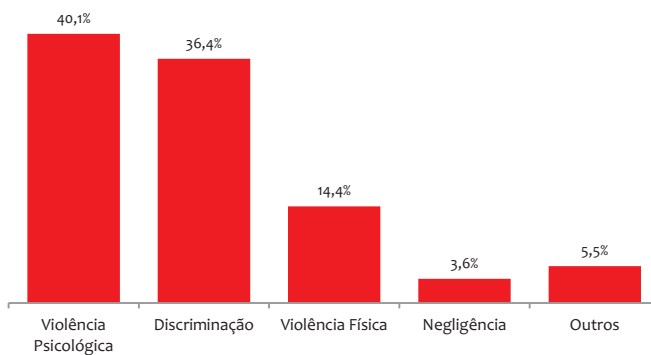
1.1 Justificativa da temática escolhida

Conforme Artigo 196 da Constituição Federal, “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços...”; segundo a Lei 8.080 de 1990, Artigo 2º, “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.”; sobre a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, formulada pelo Ministério da Saúde e aprovada pelo Conselho Nacional de Medicina, “todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação.”; e, por fim, a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, Art. 147 – “O Município deve promover (...) o direito à cidadania, à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, ao usufruto dos bens culturais, à segurança, à previdência social, à proteção da maternidade e da infância, à assistência aos desamparados, ao transporte, à habitação e ao meio ambiente equilibrado.”; ou seja, ambos documentos se destinam a proferir e garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social, sob as premissas de Integralidade, Universalidade e Equidade.

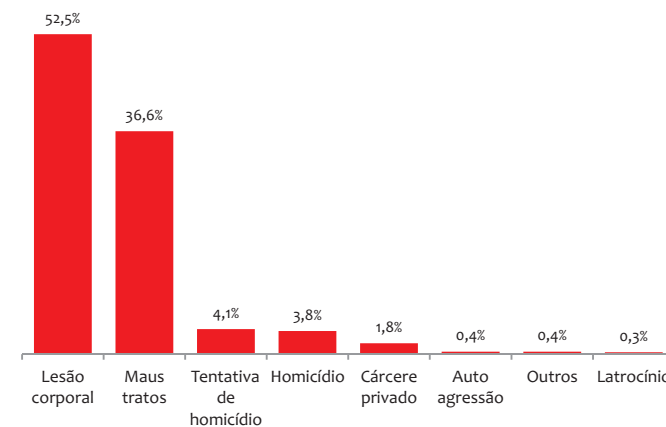
Apesar de notícias constantes veiculadas pelos meios de comunicação e pelos movimentos sociais, essas violências ainda não foram tipificadas como crime no

Brasil, o que dificulta o monitoramento e, conseqüentemente, o desenvolvimento de políticas públicas de segurança específicas. Desde o ano 2006 tramita na Câmara e no Senado Federal o Projeto de Lei nº 122, que visa a criminalizar a lgbt-fobia, equiparando os preconceitos motivados pela orientação sexual e identidade de gênero aos que já são objetos da lei.

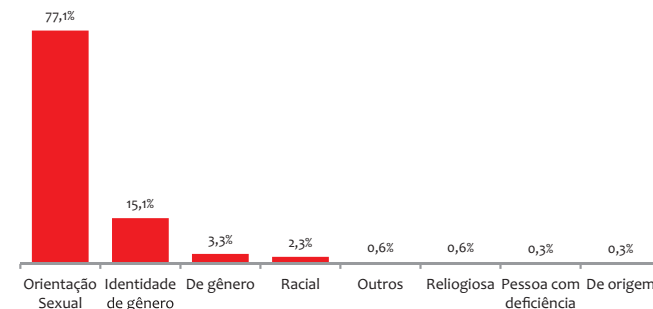
Segundo dados da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, presentes no Relatório de Violência Homofóbica no Brasil do ano de 2013, pode-se verificar que, dentre as diversas violações existentes, as violências psicológicas foram as mais reportadas, com 40,1% do total, seguidas de discriminação, com 36,4%;



As violências físicas, tipo mais evidente das violações de direitos humanos, aparecem em terceiro lugar nos dados do poder público durante o ano de 2013. As lesões corporais são as mais reportadas, com 52,5% do total, seguidas por maus tratos, com 36,6%.



Além das violências já mencionadas, a população LGBT ainda se encontra frequentemente vítima das violências sexuais. Em 2013, foram notificadas 74 denúncias de violência sexual contra a população LGBT brasileira. Dentre essa violência, 43,2% são abusos sexuais, seguido por estupro com 36,5%. Em relação às lésbicas, transexuais e travestis, deve-se mencionar a criminosa prática do estupro corretivo, infelizmente ainda presente na sociedade brasileira.

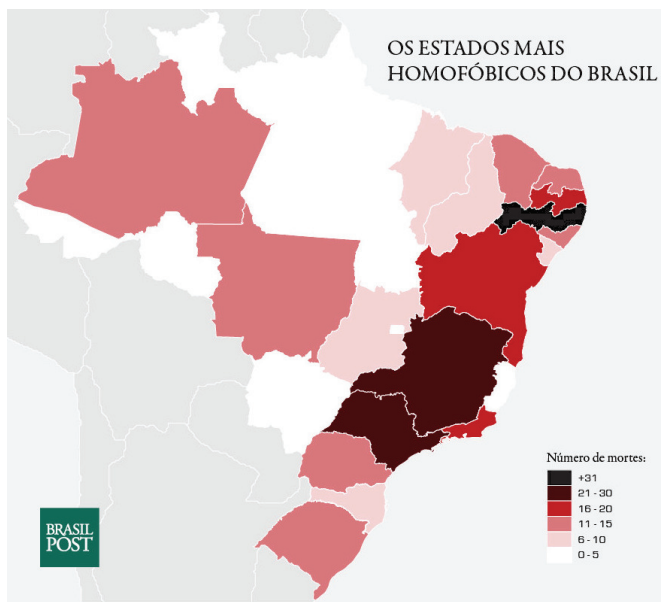


1. ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA

1.1 Justificativa da temática escolhida

Segundo Luiz Mott, antropólogo fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB), mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil, atuante desde 1980, em entrevista para a Agência Brasil, em 2015 foram 318 mortes e 2016 apresentou o recorde de todos os anos com cerca de 345 casos de assassinatos no país. Num panorama estadual o Rio Grande do Sul encontra-se em posição mediana, com 13 casos confirmados, quando se trata de violência ligada a assassinatos de homossexuais, comparado aos outros Estados do Brasil, referente ao ano de 2013. Sabe-se que mais recentemente, em 2014, o número de assassinatos caiu para 5, indicando avanços.

Ainda com relação ao Estado, trazendo também a realidade da capital, com base no Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre, de 2015, pode-se identificar que houveram diminuições no número de denúncias de violência e assassinatos de LGBT's, principalmente comparando os números apresentados para os anos de 2013 e 2014. Ainda percebe-se que as maiores incidências de violências são com discriminação e violência psicológica. Nos casos de violência destaca-se Porto Alegre como portadora de mais da metade dos casos no Estado, sendo travestis e transsexuais, somados, os mais afetados.



Uma morte LGBT acontece a cada 28 horas motivada por homofobia. Huffpost Brasil, 2014.



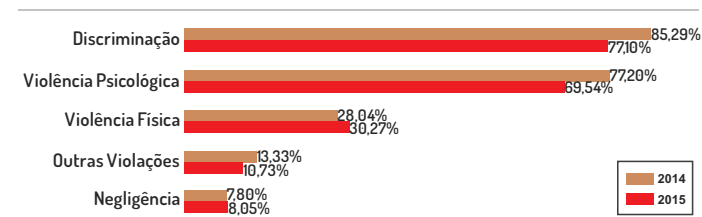
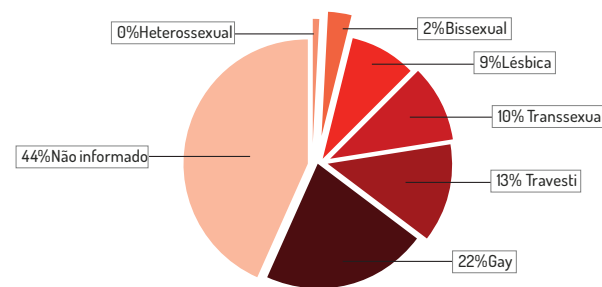
Disque 100, Serviço Nacional de Denúncias da Secretaria Especial de Direitos Humanos

Denúncias de LGBT's pelo Disque 100	
Janeiro a junho de 2014	Janeiro a junho de 2015
541	532

Assassinatos contra LGBTs		
	2013	2014
Brasil	313	326
Rio Grande do Sul	13	5
Porto Alegre	2	1
Observação	Um assassinato a cada 28 horas	Um assassinato a cada 27 horas

Denúncias de Violência contra LGBTs				
	2011	2012	2013	2014
Rio Grande do Sul	58	198	82	50
Porto Alegre	28	74	39	28

Denúncias em Porto Alegre por tipo(2014)	
Discriminação	11
Outras Violações	2
Violência Física	4
Violência Institucional	1
Violência Psicológica	10



Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015

1. ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA

1.1 Justificativa da temática escolhida

PORTO ALEGRE

Em contrapartida aos fortes costumes tradicionalistas presentes no estado, Porto Alegre vem se destacando, exercendo posições de vanguarda, em relação aos direitos da comunidade LGBT, com esforços para coibir e incriminar certas práticas de discriminação e violência, conscientizar os vários setores da sociedade sobre aceitação e respeito, além de promover e garantir o acesso a saúde integral. Tais resultados são timidamente alcançados ao longo de muitos anos, contando com a ação desde, mas não somente, pequenos grupos organizados em ONG's até Secretarias Municipais com a formulação e edição de programas e projetos, Universidades com Projetos de Extensão, e também através de iniciativas e Leis de ordem Federal.

Segundo a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Porto Alegre foi a primeira capital a aderir ao Sistema Nacional LGBT, assinando em Janeiro de 2014 o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Federativa e o Plano de Trabalho do Sistema Nacional de Promoção de Direitos de Enfrentamento À Violência Contra LGBTs, elaborado pelo Governo Federal, que consiste em ações articuladas e interfederativas de políticas e iniciativas que incentivem a criação de programas voltados para a prevenção e para o



Cartilha dos Direitos LGBT's.
PSOL / Assembleia Legislativa - RS, 2015.

enfrentamento da violência de cunho homo-lesbo-transfóbico. Também dispõe de dois destaques positivos no campo da defesa e da promoção dos direitos da população LGBT, um advindo da Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado, a Carteira de Nome Social, e outro da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE) em parceria com a ONG Igualdade – Associação de Travestis e Transsexuais do Rio Grande do Sul, a Galeria H do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) específica para travestis, seus companheiros e homens homossexuais.

Como mais destaques podemos citar que a cidade possui um dos seis centros nacionais especializados no processo de transgenitalização, ou procedimento de redesignação sexual para transgêneros, do Brasil, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que oferece o serviço gratuitamente, desde 1998 – quando o procedimento passou a ser permitido no país –, através de convênio com o estado do Rio Grande do Sul, uma década antes de o Sistema Único de Saúde reconhecer a necessidade de a rede pública oferecer estas cirurgias. Além disso, Foram da Justiça gaúcha, em 1998 e em 2001, as decisões inéditas reconhecendo a união entre casais do mesmo sexo como união estável, tema que só ganhou amplitude nacional em 2011; sem esquecer que foi em Porto Alegre, em 1977, que aconteceu a segunda parada do orgulho gay do País, depois de São Paulo, realizada todos os anos até hoje.

1. ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA

1.1 Justificativa da temática escolhida

P O R T O A L E G R E

Mais recentemente a capital foi incluída oficialmente entre os sete destinos gay-friendly do país, certificados pela Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), juntamente com São Paulo, Recife, Florianópolis, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. De acordo com Marta Dalla Chiesa, ex-presidente da Associação Brasileira de Turismo para Gays, Lésbicas e Simpatizantes (Abrat GLS), em entrevista a Zero Hora, “O que se busca é que Porto Alegre seja uma cidade amigável e receptiva. A comunidade LGBT permanece quase sempre dentro do seu próprio circuito, mas quer explorar mais a cidade. Quer ser bem recebida em qualquer lugar...o ideal seria que isso não precisasse ser ensinado, mas os preconceitos estão arraigados na sociedade. A longo prazo, queremos ambientes que sejam acolhedores a todas as pessoas, sejam gays ou não.” Marta ainda diz, alertando para o fato de que o combate ao preconceito está previsto na lei Orgânica Municipal, Art. 150, cujo descumprimento acarreta multa e até cassação do alvará de funcionamento, “não é mais questão de querer. Acolher o cidadão LGBT é lei.”

Porto Alegre ainda possui um grande segmento de bares e vida noturna voltados a esse público, com sua grande maioria estando no bairro Cidade Baixa, além de

receber eventos culturais como o CLOSE – Festival Nacional de Cinema da Diversidade Sexual, que tem como objetivo valorizar e promover o debate sobre a diversidade da sexualidade humana e do cinema como meio de transformação social, política e cultural. A cidade também conta com a presença de ONG's e grupos atuantes na finalidade de suprir a insuficiência de ações governamentais em relação às temáticas de DST/AIDS, gênero e sexualidade, acolhimento, inclusão, saúde integral, planos de educação, etc., entre elas a Somos, Diversidade, G8-Generalizando, Grupo Nuances, Porto Alegre Sem Preconceito, GAPPA, entre outras. Segundo Sandro Ka, coordenador cultural da ONG Somos, “A diversidade é que faz uma cidade, principalmente uma grande capital.”



9ª Parada Livre de Porto Alegre, em 2005
Foto Adriana Franciosi Agência RBS

Há ainda os chamados Quarto Rosa, quartos para o público LGBT nos albergues de Porto Alegre, porém os mesmos são pouco procurados por configurarem um espaço de pouco acolhimento para esse público. A iniciativa pretende também estudar a viabilidade de expansão dos mesmos, bem como estudar a viabilidade de criação de albergues Arco-íris, somente para a população LGBT. Além disso o município conta com a Conferência Municipal LGBT, que ocorre a cada dois anos, sob orientação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos; Plano Municipal da Diversidade Sexual de Porto Alegre, em fase de discussões; Frente Parlamentar da Livre Orientação Sexual, criada pela Câmara Municipal de Porto Alegre para discussão e encaminhamentos de políticas públicas LGBT.



Arco do Parque Farroupilha iluminado no dia do Orgulho LGBT.
Revista Lado A.

1. ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA

1.1 Justificativa da temática escolhida

PORTO ALEGRE

Em conversa informal com Marina Sulzbach, integrante do Grupo G8-Generalizando (Direitos Sexuais e de Gênero), do SAJU/UFRGS, foi possível constatar e construir a perspectiva de que Porto Alegre carece de uma melhora na relação entre os diversos setores responsáveis pela prestação de serviços voltados ao público LGBTT+, principalmente no que tange os de ordem jurídica, existindo uma baixa funcionalidade, do sistema, enquanto rede, na informação dos caminhos legais corretos a serem tomados, de acordo com cada caso. No caso da saúde, aparentemente, o quadro é mais positivo, talvez em função do pioneirismo já citado, além de uma tentativa de humanização do sistema de saúde e fortes campanhas no passado, como no caso do GAPA-RS (Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS), reconhecido pelas ações ao longo dos anos 80 e 90.

Apesar da cidade apresentar avanços tanto nacionais quanto mundiais e apontar para uma hospitalidade em relação a população LGBT+, Porto Alegre não dispõe de uma rede completamente integrada nem centro de referência que dialogue com as diversas esferas sociais e serviços voltados à população alvo, citados anteriormente. O tema escolhido (Centro Intersectorial) propõe,

inicialmente, a reflexão, através de um discurso teórico que se materializa em proposta física, tangível e edificável, acerca de um quadro cultural e social completamente contemporâneo, inserido na capital do Estado, Porto Alegre, a qual já possui conhecidos trabalhos, grupos, movimentos e lutas com focos ou caminhos afins ao mesmo público alvo, a comunidade LGBT+.



stop homophobia

Símbolo do Dia Internacional de Luta contra a Homofobia, em 17 de maio.



Extraído de cartaz do 16º Mês do Orgulho LGBT de São Paulo. São Paulo, 2012.

1. ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA

1.2 Relação entre programa, sítio e tecido urbano de suporte

O programa, responsável por reunir atividades, ações e serviços semelhantes em questões de temática referente ao público alvo, se insere de forma complementar junto ao tecido urbano, agregando valor cultural juntamente com a prestação de serviços sociais tão necessários atualmente, suprimindo demandas que, por muitas vezes, extrapolam os limites da zona de inserção. Dentro da proposta, que será melhor detalhada no item 4, serão melhor explorados os setores de acolhimento, saúde, informação e cultura, auxiliando na diversificação de atividades da zona.

O sítio selecionado encontra-se no limite entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus, zona conhecida por sua pluralidade envolvendo diversos públicos e atividades, sendo um local com grande atração e oferta para o público LGBTQT+. Conta com a articulação da área da pequena Praça Laurentino Zottis, juntamente com seis terrenos adjacentes, formando uma área em formato de “L” na esquina entre a Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto e Rua Mucio Teixeira. Os terrenos agregados à área da atual praça são remanescentes, de loteamento, da implantação de modificação do traçado urbano pelo Plano Diretor para a abertura da Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, possuindo medidas pequenas, e logo, de difícil implantação de algo relevante, se tratados de forma

isolada, em tecido de ocupação intensiva.

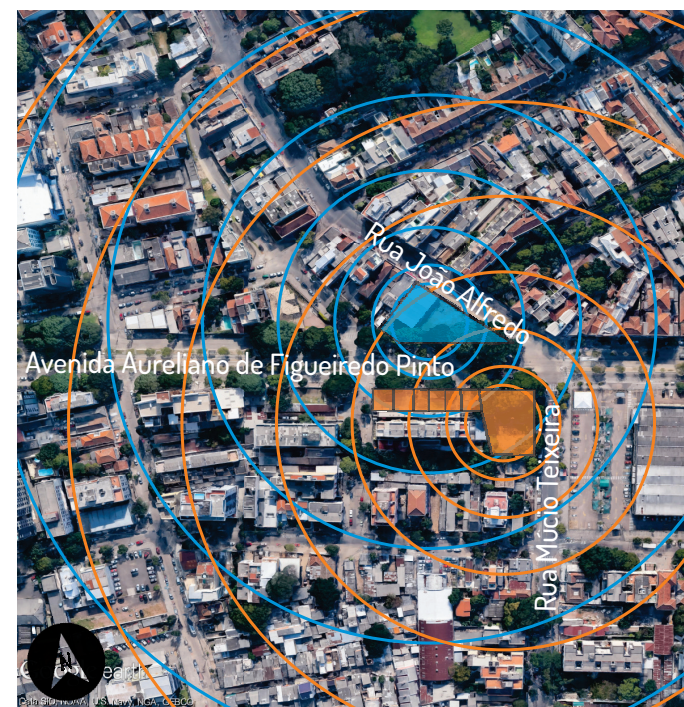
O tecido urbano local oferece grande opção de bares e restaurantes ao longo de toda a Cidade Baixa, mas principalmente no eixo Rua da República x João Alfredo. A própria Av. Aureliano de Figueiredo Pinto é um corredor de circulação, aderindo à proposta certa visibilidade e a facilidade de acesso – um dos condicionantes da escolha do sítio –, além da própria avenida ser responsável por, de certa forma, controlar e converter o caráter “festivo” da Rua João Alfredo, tornando o ambiente menos tumultuado.

Nas pequenas e médias proximidades podemos encontrar praças como Garibaldi, Conego Marcelino e Isabel; o Shopping Praia de Belas, Supermercado Nacional, Museu Joaquim José Felizardo, etc...

Atualmente, em lote bem em frente ao lote do projeto, vem sendo construído o Centro Cultural Terra da Tribo. O terreno foi doado pela prefeitura e o projeto desenvolvido pela equipe da Divisão de Projetos Prediais da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), com orçamento de cerca de 6 milhões, provenientes do Ministério da Cultura e da Prefeitura. Os dois centros, cada um com sua proposta, somados, podem criar um polo de atração com oferta de atividades e contribuições sociais que tendem a aprimorar o tecido urbano.



■ Limites entre bairros ■ Lotes de projeto



■ Centro Cultural Terra da Tribo ■ Lotes de projeto

1. ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA

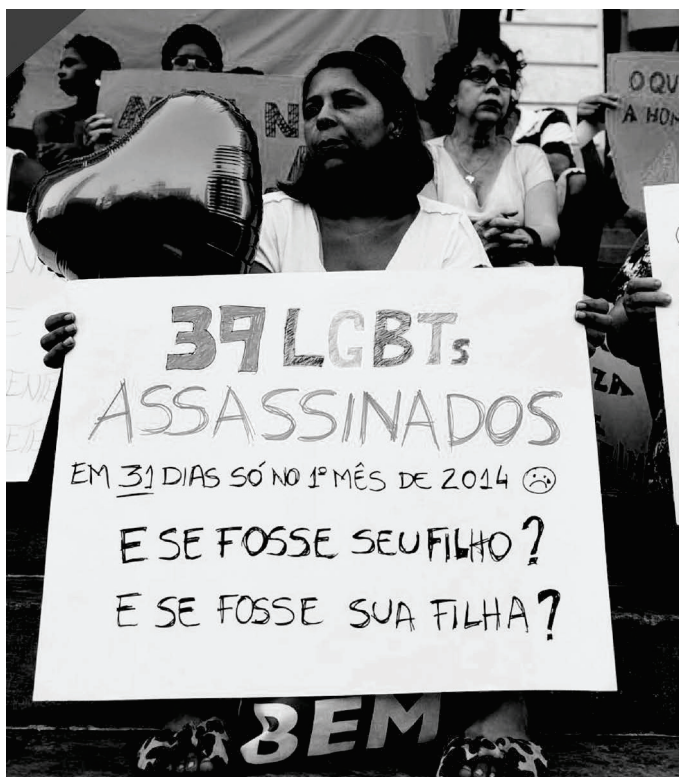
1.3 Objetivos da Proposta

A proposta busca reunir atividades, ações e serviços, que atendam o público alvo selecionado, a comunidade LGBTT+. Pretende ser também um centro de referência de forma a inserir e melhorar as condições da rede na prestação das funções sociais de caráter intersetorial, como saúde e informação, por exemplo. O Centro deve buscar um programa flexível de forma a se abrir para a comunidade em geral, podendo vir a configurar um centro de referência integrador e interligador de vários setores atrelados ao bem-estar, passando pelas diversas formas de saúde, cultura, educação, lazer, informação, etc.. O espaço com potencial de fortalecimento, organização e visibilidade, visa fomentar o convívio coletivo, auxiliando na educação, desmistificação e aproximação de uma sociedade até hoje ainda tão segmentada, em prol de uma realidade mais respeitosa, pluralista e equidista.

A formação de uma polaridade com o Centro Cultural Terreira da Tribo é uma especulação, de certa forma realista, além da tentativa de sanar a demanda da microzona de algo com caráter multicultural que venha a trazer maior diversidade e fluxo diurno, em contraponto ao fluxo noturno e mais ligado ao final de semana.

Considerando os problemas mais recorrentes, identificados através de denúncias, notícias, boletins de saúde, mídias sociais, etc., tais como Violência (verbal, psicológica e física), Discriminação, Evasão Escolar, Falta

de Oportunidade no Mercado de Trabalho e Escasso Acesso ao Sistema de Saúde, o projeto do Centro Intersetorial visa desenvolver um partido de forma a criar um espaço de referência na cidade onde estes temas possam ser tratados e explorados, de forma visível e digna. Por fim, o projeto deve buscar soluções efetivas para qualificar o ambiente onde será inserido atendendo uma demanda local, nacional e contemporânea.



Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre. Porto Alegre, RS - 2014.

Legislação associada à população LGBT em nível federal	
Brasil Constituição Federal	Artigo 3º "Objetivo fundamental da República promover o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor idade ou quaisquer forma de discriminação"
Brasil Código Penal	Crimes contra a honra - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade e o decoro
Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06)	Garante proteção à mulher agredida pela companheira nos mesmos moldes que em uma relação heterossexual
Portaria 233 do Ministério do Planejamento (18/05/2010)	Assegura o direito de uso do nome social a pessoas trans servidoras públicas federais
Portaria nº 2836 do Ministério da Saúde (01/11/2011)	Possibilita o uso do nome social nas instâncias do Sistema Único de Saúde, combate a LGBTfobia institucional no SUS e garante acesso ao processo transexualizador na rede pública
Portaria 41 do Ministério de Trabalho e Emprego (28/03/2007)	Impede a discriminação no trabalho
Instrução Normativa do INSS nº 20 (10/10/2007)	Garante direitos previdenciários a companheiros (a) homossexual em caso de óbito ou prisão do (a) cônjuge, retroativo a 5 de abril de 1991
Parecer Técnico 141/2009 do Ministério da Educação	Aconselha Estados e Municípios a adotar o nome social nas escolas como forma de evitar evasão escolar das pessoas trans
Resolução 615/2011 do Conselho Federal de Serviço Social	Assegura direito ao uso do nome social a assistentes sociais nos documentos profissionais
Resolução nº 1/99 Conselho Federal de Psicologia	Impede ações relacionadas à "cura gay" e impede psicólogos de emitir opiniões que reforcem preconceitos e estereótipos e a idéia de homossexualidade como comportamento patológico

Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre. Porto Alegre, RS - 2015.

Legislação associada à população LGBT em níveis estadual e municipal	
Decreto 48.118/2011	Garante as pessoas trans o direito de escolha do nome social nos procedimentos dos órgãos da administração direta e indireta do Estado
Decreto 49.122/2012	Institui a carteira de Nome Social em âmbito estadual
Parecer 739/2009	Aconselha escolas do Sistema Estadual de Ensino a adotar o nome social
Lei Estadual 11.872/2002	Lei antidiscriminação do Estado do Rio Grande do Sul
Lei Orgânica do Município de Porto Alegre (art.150)	Impõe pena de multa até a suspensão do alvará a estabelecimento de pessoas físicas ou jurídicas que pratiquem ato de discriminação, incluindo a discriminação por orientação sexual
Lei 8.423/1999	Estabelece o conteúdo "Educação Anti-racista e Antidiscriminatória" na rede municipal de ensino público
PLL 151/14	Assegura direito ao uso do nome social constante na Carteira de Nome Social Estadual nos órgãos da administração direta e indireta do município

Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre. Porto Alegre, RS - 2015.

2. ASPECTOS RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

2.1 Definição dos níveis e padrões de desenvolvimento pretendidos

Primeiramente, para a definição do sítio a receber a proposta, se faz necessário a análise cartográfica e visitas in loco dos previamente selecionados, além da criação de critérios estratégicos de escolha. Neste caso os critérios foram mobilidade e facilidade de acesso – pensando na procura por parte de população proveniente da região metropolitana e interior do Estado –, bem como concordância da proposta com o “genius loci”, ou espírito do lugar, e também com o “zeitgeist”, espírito do tempo/época. Ao longo do semestre, o projeto será desenvolvido através de análises do tecido urbano de inserção e suporte, o sítio em si, no que tange condicionantes legais e naturais, bem como suas condições morfológicas urbanas.

A proposta tem por tema a criação de Centro Intersetorial de Bem-Estar LGBTT+, pensando na função social da arquitetura enquanto corpo metafórico e vivo na cidade, carregando não apenas “função”, mas também simbologia e potencial transformador. Em adendo, será buscado o uso preferencialmente de vazios urbanos e/ou lotes subutilizados, além de estratégias arquitetônicas que reflitam a versatilidade e contemporaneidade da proposta, transitando pela arquitetura de interiores e paisagismo envolvendo a praça pré-existente,.

2.2 Metodologia e Instrumentos de Trabalho

A metodologia de trabalho será desenvolvida ao longo de encontros presenciais entre autor e orientadora, abrangendo a deliberação de soluções projetuais para as problemáticas encontradas ao longo do desenvolvimento do projeto e seguindo as orientações das propostas do Plano de Ensino do Trabalho de Conclusão de Curso, definido em três etapas, que seguem:

Etapa 1: fundamentação teórica e levantamento de dados

- Apresentação e justificativa do tema a ser desenvolvido;
- Consulta bibliográfica para embasamento e coleta de dados;
- Contato com locais relevantes à proposta, como ONG's, grupos de apoio, serviços de saúde, centros culturais, etc...;
- Escolha do terreno conforme critérios estratégicos;
- Levantamento e análise dos condicionantes do terreno escolhido;
- Levantamento de diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre;
- Elaboração do programa de necessidades inicial para a edificação proposta;
- Elaboração de diagrama de fluxos.

Etapa 2: desenvolvimento do partido arquitetônico

- Definição do programa de necessidades final, suas áreas e o mobiliário/equipamentos para cada espaço de atividades;
- Zoneamento, fluxograma de acessos e hierarquias espaciais;
- Lançamento do partido para o ante-projeto arquitetônico;
- Exposição em painel intermediário com implantação, plantas baixas, cortes, elevações, estudos volumétricos e estudos em 3D, em escala adequada à representação do projeto.

Etapa 3: desenvolvimento do anteprojeto

- Apresentação final do anteprojeto desenvolvido ao longo do semestre, incorporando as considerações realizadas no painel intermediário;
- Exposição dos desenhos arquitetônicos com maior grau de detalhamento em relação ao painel intermediário, acompanhados de maquete em escala adequada para representação da solução adotada.

Os instrumentos de trabalho correspondem a dossiê e compilação de informação de embasamento teórico para a Etapa 1 e demais materiais, citados abaixo, para as etapas 2 e 3, que demandam de produção gráfica específica:

- Imagens do Local;
- Diagramas (relação com o entorno, conceito, zoneamento, estrutura, etc);
- Perspectivas (internas e externas);
- Maquete física (1:250);
- Planta de Situação (escala 1:1000);
- Planta de Localização (escala 1:500);
- Plantas dos pavimentos, ou planta tipo (escala 1:100);
- Cortes transversais e longitudinais (escala 1:100);
- Elevações/fachadas (escala 1:100);
- Detalhes e ampliações (escalas 1:50, 1:25 e 1:10).

***As escalas e elementos da lista acima poderão sofrer pequenos ajustes ao longo do semestre, a fim de oferecer melhor compreensão final.

3. ASPECTOS RELATIVOS ÀS DEFINIÇÕES GERAIS

3.1 Agentes de intervenção e seus objetivos

O projeto, inicialmente, precisaria contar com uma solução para configuração final do sítio, já que parte pertence ao Município (SMAM) e parte é propriedade privada. Acredita-se que, pela configuração dos pequenos lotes privados e seu atual estado de uso/manutenção, não seria difícil sua aquisição.

A proposta apresenta diferentes níveis sociais quanto aos serviços oferecidos. Parte das atividades seriam de responsabilidade do Setor Público, visto que as mesmas vem de encontro a demandas públicas que deveriam ser supridas pelo Estado, e outra parte poderia ser de investidores e parcerias privadas, conformando parceria público-privada, não descartando a participação do terceiro setor. A arrecadação de recursos pode ocorrer de forma conjunta entre Prefeitura, Governo do Estado e demais Ministérios Federais, seguindo o modelo de casos de centros culturais.



■ Propriedade Municipal (SMAM) ■ Propriedade Privada

3.2 Caracterização da população alvo

“É como se o gay ainda fosse aquela figura marginal, aquele personagem delinquente, promíscuo, construído pelas práticas históricas da repressão.”

(Oscar Wilde)

A população alvo é bem diversificada, se dirigindo à população de forma integral. Num primeiro momento, a população que se espera povoando o espaço e usufruindo da proposta se caracteriza pela comunidade LGBTT+, em suas mais distintas esferas, em função de serviços específicos pensados para esse nicho social; contudo, por não possuir um caráter excludente, a sociedade como um todo é esperada como parte ativa da proposta, gerando um ambiente de convívio saudável e construtivo.

Além das atividades especificamente pensadas para o público LGBTT+, o projeto ainda contempla espaços e funções genéricas, atendendo a sociedade como um todo.



3.3 Aspectos temporais, com estimativa de prazo e/ou etapas da execução

Por se tratar de intervenção edificável em sítio composto por lotes distintos e de propriedade independente, seria necessário primeiramente a aquisição e agregação dos terrenos através de unificação da matrícula junto à prefeitura. Após isso, pela área não possuir nenhuma construção que demande grandes demolições, seriam necessários serviços iniciais compreendidos com a unificação dos lotes através da desobstrução de barreiras físicas (muros e construções efêmeras pré-existentes, como apenas coberturas em telhas de fibrocimento), limpeza e remoção de entulhos, bem como demarcação de vegetação existente a ser mantida, removida ou realocada, além de testes básicos de sondagem do solo, etc.

Nesta etapa do desenvolvimento ainda não foram cogitados métodos construtivos específicos a serem utilizados, tampouco pormenores na escala do detalhamento arquitetônico, nem problemas referentes a repasse de verba e fundos ou atraso com fornecedores e mão-de obra, o que influencia massivamente no prazo final e real de uma obra, contudo, pela perspectiva de volume construído, acessibilidade do local, e desconsiderando qualquer problema com licenças e autorizações, estima-se um prazo de cerca de 15 a 18 meses.

3. ASPECTOS RELATIVOS ÀS DEFINIÇÕES GERAIS

3.4 Aspectos econômicos, informando fontes de recursos, custos estimados e participação dos agentes

Em termos econômicos acredita-se na possibilidade e aceitação deste tipo de proposta para a cidade de Porto Alegre em função da justificativa previamente apresentada. Quanto aos recursos, e tomando como exemplo o caso do Centro Cultural Terreira da Tribo, o montante necessário poderia ser arrecadado através de acordo entre Ministério Público e Prefeitura, além da parceria com setor privado.

Para fins de cálculo estimativo, precisa-se levar três situações em consideração:

Situação 1 – o sítio de projeto é constituído por lotes privados e lote público. No pior quadro possível não haveria a doação do terreno, por parte da Prefeitura, então será considerado a área do lote público no custo efetivo por metro quadrado;

Situação 2 – haveriam encargos por unificação de matrículas para a agregação dos lotes; este valor não será levado em consideração;

Situação 3 – o sítio de projeto se localiza muito próximo à divisa entre dois bairros, podendo dessa forma, haver oscilação no preço do metro quadrado. Contudo será utilizado preço compatível ao bairro no qual os lotes de fato se encontram, no caso, Cidade Baixa.

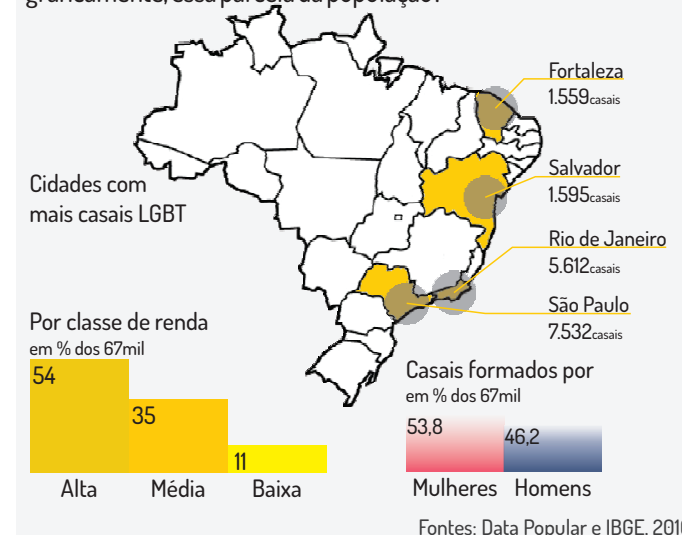
Então consideramos que:

- Valor do terreno:
Área do terreno: Praça Laurentino Zottis possui 1.365m² e os demais terrenos, somados, possuem 941m² = 2.306m²
Valor do terreno por m²: R\$5.142,00 (valor médio encontrado em pesquisa imobiliária)
Custo do terreno: 2.306 x 5.142,00 = **R\$11.857.452,00**
- Área máxima potencialmente edificável:
Índice de Aproveitamento: 1,9
Área do terreno: 2.306m²
Total: 2.306 x 1,9 = **4.381,40m²**
- Valor da construção:
O valor do CUB para construções comerciais de padrão normal (CSL8-N, dados retirados da tabela do CUB/RS de Março/2017 - SINDUSCON/RS) é R\$1.373,06.
Utilizando o maior potencial do terreno chegamos a um valor da construção de 4.381,40 x 1.373,40 = **R\$6.017.414,76**
- Investimento total:
Custo do Terreno: R\$11.857.452,00
Custo da Obra: R\$6.017.414,76
Custo Total Estimado: R\$17.874.866,76

[curiosidade sobre economia envolvendo LGBT's]

A população LGBT constitui um público mundial que possui US\$ 3 trilhões para gastar ao ano, dinheiro que equivale ao Produto Interno Bruto da França. No Brasil, o potencial financeiro do segmento LGBT é estimado em R\$ 418,9 bilhões, ou 10% do PIB nacional, segundo a Out Leadership, associação internacional de empresas que desenvolve iniciativas para o público gay. Os números são subestimados, já que nenhum país inclui em seu censo estatísticas sobre a população homossexual.

A população homossexual no Brasil é estimada em 20 milhões. Em 2010, o IBGE descobriu que existem no Brasil ao menos 67,4 mil casais formados por pessoas do mesmo sexo (autodeclarados), ao incluir no Censo a pergunta: “qual o grau de parentesco com o chefe da família?”. Mas, afinal, como é, graficamente, essa parcela da população?



4. ASPECTOS RELATIVOS À DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

4.1 Descrição das atividades, organizadas por grupamentos e unidades espaciais

A proposta contempla atividades de diversos setores, a fim de propor amplo bem-estar, nos parâmetros já defendidos ao longo do Item 1. Cada atividade se comporta no conjunto seguindo duplo conceito de par hierárquico, sendo o primeiro par “Público x Privado”, responsável pelo zoneamento, e o segundo par “Fluído x Segmentado”, responsável pela configuração espacial interna.

As principais áreas contempladas são: Transição/Não Fixo, Cultural, Informação, Acompanhamento Psicológico e Acolhimento Provisório.

- **Transição e/ou Não Fixos:** composto por setores de interligação e ou transição, como a reconfiguração do espaço de praça existente, não acabando com seu caráter, mas o tornando atrativo e acolhedor ao acesso, bem como espaços destinados a eventos sazonais/itinerantes, como campanhas de saúde com unidades móveis, por exemplo;
- **Cultural:** salas multiuso reconfiguráveis para atividades de oficinas, exposições, palestras e cursos, visando aumentar a oferta de atividades da zona e fomentar as relações interpessoais;
- **Informação:** zona dividida em atendimento com informações mais genéricas e também mais diretas, como por exemplo assessoria jurídica em assuntos LGBTT+,

sempre em grupo de apoio interdisciplinar, contendo profissionais de Serviços Sociais, Direito e Políticas Públicas;

- **Acompanhamento Psicológico:** fornece atendimento e acompanhamento psicológico qualificado, em ambiente acolhedor, podendo haver parceria com o SUS. Parte da demanda de hospitais poderia ser atendida no local, principalmente pessoas em acompanhamento do processo de readaptação física. Contará com recepção, sala de espera, salas de atendimento, espaço para funcionários, sanitários e espaço para atividades coletivas/dinâmicas de grupo;
- **Acolhimento Provisório:** atender, de forma digna, a demanda de moradia provisória para população LGBTT+ em situação de vulnerabilidade, seja ela de rua ou passando por abandono, a qual não busca albergues regulares por não se sentirem acolhidas. Nota-se uma preocupação com essa parcela da população através da criação dos Quartos Rosa, contudo o atendimento e a questão dos ambientes compartilhados ainda não são adequados. Contará com recepção/triagem, espaço de espera, dormitórios básicos e banheiros/vestiários, em zona mais privada dentro da edificação.

4.2 Definição da população fixa e variável por atividade e unidade espacial

Por se tratarem de diversas atividades distribuídas de forma a dialogarem entre si, porém algumas demandando maior privacidade, a quantidade precisa de cada sala, dormitório, espaços, etc., será melhor estudada durante efetiva fase de projeto. Como estimativa inicial, tentaremos propor os seguintes quantitativos, baseados nas atividades principais já citadas no Item 4.1:

- **População Fixa:** cerca de 25-30 funcionários, divididos em: 2-3 equipes de informação contendo profissionais de Serviços Sociais, Direito e Políticas Públicas; 3-4 profissionais da área da psicologia; 4 atendentes de recepção/secretariado para os diversos setores; 3-4 profissionais para serviços gerais; 3 profissionais para coordenação, financeiro e direção.
- **População Variável:** cerca de 120 pessoas/dia, divididas em: 25 acolhidos na moradia provisória, 45 participantes das turmas de oficinas e cursos, 20 pacientes do atendimento psicológico, 30 visitantes das exposições e palestras.



4. ASPECTOS RELATIVOS À DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

4.3 Tabulação dos requerimentos funcionais, ambientais e dimensionais, da infraestrutura, dos equipamentos e do mobiliário específico por unidade

SETOR	ATIVIDADE	QNT	FUNÇÃO	EQUIPAMENTOS	ÁREA (m ²)
ACESSO - PÚBLICO	Hall / recepção (geral)	1	Recebe, informa e direciona os usuários para as funções do conjunto.	Balcão com cadeira, computador, telefone.	20
	Direção / Administrativo	1	Controle funcional do conjunto. Acomoda profissionais para coordenação, financeiro e direção	Mesas de escritório, computadores, telefones, impressoras.	30
	Almoxarifado / depósitos	1	Acomoda materiais bem como controla o fluxo de entrada / saída e necessidade de reposição.	Balcão com cadeira, computador, armários e prateleiras.	25
	Sala técnica	1	Espaço para instalações e painéis de controle.	Painéis de controle, caixas de instalação e distribuição.	15
	Sanitários	3	Sanirátios simples, sendo 1 PNE.	Bacias, pias, divisórias, equipamentos especiais.	36 (3x12)
	Café	1	Serviço de estar e alimentação.	Mesas e cadeiras, balcão com poltronas, display de atendimento, pequeno lavabo.	40
	Biblioteca	1	Espaço de leitura e estudo com material de consulta para a comunidade.	Prateleiras, mesas, cadeiras, computadores, poltronas.	150
	Bicicletário	1	Local de acomodação de bicicletas.	Suporte para estacionamento de bicicletas.	11
	Depósito de Lixo	1	Local para lixos e demais descartes	Lixeiras.	10
	Auditório	1	Local formal para palestras e exposições.	Poltronas, palco, projetos, iluminação, sala técnica.	150
	Oficinas / cursos / exposições	10	Salas multiuso, integráveis, para oficinas, cursos e exposições.	Mobiliário solto, divisórias móveis.	400 (10x40)
	Eventos itinerantes	1	Espaço para receber eventos itinerantes, principalmente referentes à área da saúde.	---	---
	Estacionamento	1	Vagas de estacionamento	Vagas para automóveis e motocicletas, incluindo vagas PNE	350
Circulação	20%	Circulação	---	177	

4. ASPECTOS RELATIVOS À DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

4.3 Tabulação dos requerimentos funcionais, ambientais e dimensionais, da infraestrutura, dos equipamentos e do mobiliário específico por unidade

SETOR	ATIVIDADE	QNT	FUNÇÃO	EQUIPAMENTOS	ÁREA (m ²)
SEMI - PÚBLICO	Recepção (info + psico)	1	Recebe, informa e orienta o usuário sobre os serviços.	Balcão com cadeira, computador, telefone.	10
	Sanitários (info)	2	Sanitários simples, sendo 1 PNE e 1 sem distinção de gênero.	Bacias, pias, divisórias, equipamentos especiais.	24 (2x12)
	Espera / estar (info)	1	Encaminhado da recepção, local de espera para o atendimento psicológico.	Poltronas, mesa de centro, sofás, televisor.	25
	Salas de atendimento (info)	4	Atendimento em assessoria individual.	Mesa e cadeiras, bancada, sofá/divã, computador.	40 (4x10)
	Sala de funcionários (info)	1	Espaço restrito para funcionários do setor.	Mesa e cadeiras, pequena copa e lavabo, estantes e armários.	35
	Cozinha	1	Pequeno espaço para preparo de alimentação.	Itens de cozinha, despensa, refrigerador, fogão, depurador de ar, bancadas com pia.	30
	Espaço refeições	1	Espaço próprio para fazer as refeições a serem ofertadas no local.	Mesas e cadeiras, bancada e aparadores, organizadores, televisor.	35
	Espaço de convívio / multiuso	1	Espaço de atividades coletivas, grupos de apoio e reuniões.	Armários, material didático, poltronas, cadeiras, computador, tela de projeção.	35
	Circulação	20%	Circulação.	---	47
	Sanitários (psico)	2	Sanitários simples, sendo 1 PNE e 1 sem distinção de gênero	Bacias, pias, divisórias, equipamentos especiais.	24 (2x12)
	Espera / estar (psico)	1	Encaminhado da recepção, local de espera para o atendimento informacional.	Poltronas, mesa de centro, sofás, televisor.	25
	Salas de atendimento (psico)	6	Atendimento psicológico em sessão individual.	Mesa e cadeiras, bancada, computador, impressora, telefone, armários.	60 (6x10)
	Sala de funcionários (psico)	1	Espaço restrito para funcionários do setor.	Mesa e cadeira, pequena copa e lavabo, estantes e armários.	35
Circulação	20%	Circulação	---	29	

4. ASPECTOS RELATIVOS À DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

4.3 Tabulação dos requerimentos funcionais, ambientais e dimensionais, da infraestrutura, dos equipamentos e do mobiliário específico por unidade

SETOR	ATIVIDADE	QNT	FUNÇÃO	EQUIPAMENTOS	ÁREA (m ²)
PRIVADO	Recepção (acolhimento)	1	Recebe, informa e orienta o usuário sobre os serviços.	Balcão com cadeira, computador, telefone.	10
	Espera e estar	1	Encaminhado da recepção, local de espera para a alocação.	Poltronas, mesa de centro, sofás, televisor.	25
	Sala de triagem	1	Espaço para primeiro contato e cadastro.	Maca, cadeira, computador, mesa e cadeira, bancada, prateleira.	8
	Vestíbulo e lavanderia	1	Dependência para colocação dos pertences do acolhido, bem como lavanderia coletiva.	Armários, balcões, máquinas de lavar e secar roupas.	60
	Banhos e vestiários	3	Sanitário completo, acessível, individual.	Bacias, pias, divisórias, chuveiros, equipamentos especiais.	18 (3x6)
	Dormitórios	8	Espaços de dormitório coletivo.	Camas, roupas de cama, mesas laterais, cabideiro.	124 (18x8)
	Sala de funcionários	1	Espaço restrito para funcionários do setor.	Mesa e cadeira, pequena copa e lavabo, estantes e armários.	35
	Depósitos e almoxarifado	1	Acomoda materiais bem como controla o fluxo de entrada / saída e necessidade de reposição.	Balcão com cadeira, computador, armários e prateleiras.	25
	Circulação	20%	Circulação.	---	61
TOTAL					2.234

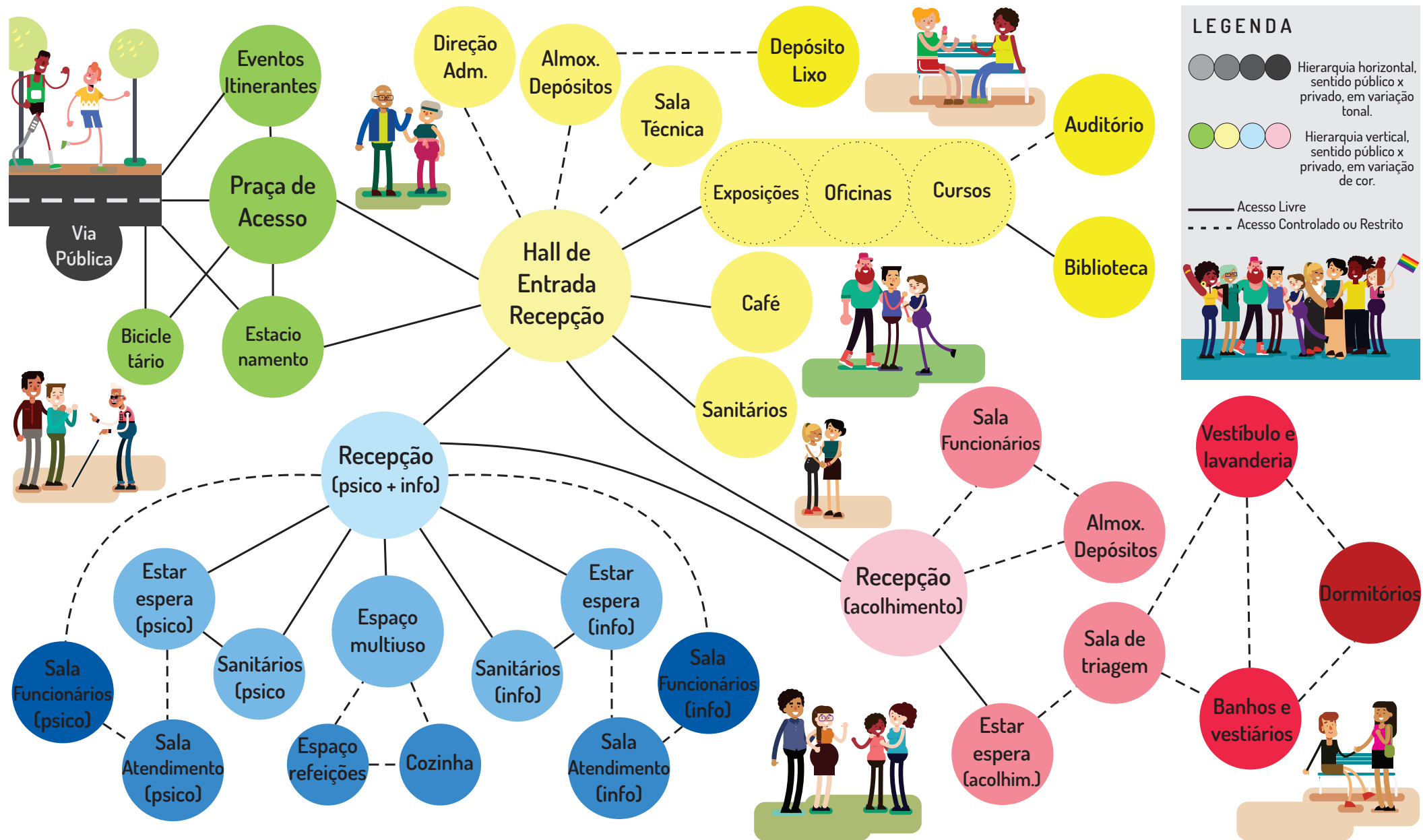
Referências das estimativas retiradas através de pesquisa em espaços semelhantes, em termos de proposta, no Brasil, bem como através de reuniões com prestadores desses serviços (grupos e ONG's).

1. Centro de Cidadania LGBT, João Pessoa - PB
2. Centro Municipal de Referência LGBT, Salvador - BA
3. Centro de Cidadania LGBT, São Paulo - SP



4. ASPECTOS RELATIVOS À DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

4.4 Organização dos diferentes fluxos de pessoas, veículos e materiais, internos e externos



5. LEVANTAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

5.1 Potenciais e limitações da área

O lote, marcado no mapa ao lado em amarelo com o número 21, se localiza em tecido urbano consolidado, com características bem particulares e, conforme PDDUA, que será melhor explicitado no item 6, onde se incentiva uma "mistura" de atividades (miscigenação).

Apresenta um caráter de transição por estar quase na divisa entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus, se afastando das ruas de principal movimento boêmio e se aproximando de características de zona residencial. A Av. Aureliano de Figueiredo Pinto atua como elemento físico de mudança de caráter, por sua estrutura de corredor de circulação.

Pode-se afirmar que, potencialmente, o grande entorno funciona com comportamentos distintos no sentido dia-noite, parte por causa das atividades mais próximas e parte pelo caráter dos nichos sociais que passaram a habitar a Cidade Baixa (jovens e universitários) - fato que confere ao bairro caráter mais pluralista.

A gama de serviços percebidos no local reflete, em parte, as decisões políticas ao longo dos anos, de fomentar o desenvolvimento em outras zonas da cidade, resultando em deficiência de ofertas básicas como atendimento de saúde, bancos, opções culturais, etc., justificados pela proximidade com o Centro Histórico e facilidade de mobilidade - ponto forte da localização.

A presença de grandes edificações e quadras com funções municipais, à oeste no mapa, demonstra restrição quanto a qualquer possível expansão ou reconfiguração urbana, visando melhorias do bairro, tendo que as propostas serem feitas em vazios urbanos, respeitando as decisões de proteção ao patrimônio cultural.



fonte: Google Earth, em 18 de abril de 2017.

LEGENDA

- | | | | |
|--------------------------------|--------------------------------|------------------------------------|------------------------------|
| 1 Ponte de Pedra | 6 Tribunal de Justiça do RS | 11 Museu José Joaquim Felizardo | 16 Parque Farroupilha |
| 2 Monumento dos Açorianos | 7 Praça Espanha | 12 SMAM (Zona Centro) | 17 Praça Garibaldi |
| 3 Centro Adm. Fernando Ferrari | 8 Anfiteatro Pôr-do-Sol | 13 Futuro Centro Terreira da Tribo | 18 Ginásio Tesourinha |
| 4 Largo Zumbi dos Palmares | 9 Memorial Luís Carlos Prestes | 14 Opinião | 19 Praça Lupicínio Rodrigues |
| 5 Praça Isabel a Católica | 10 SMOV | 15 FADERGS | 20 Teatro Renascença |

5. LEVANTAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

5.2 Morfologia urbana e relações funcionais locais, urbanas e regionais

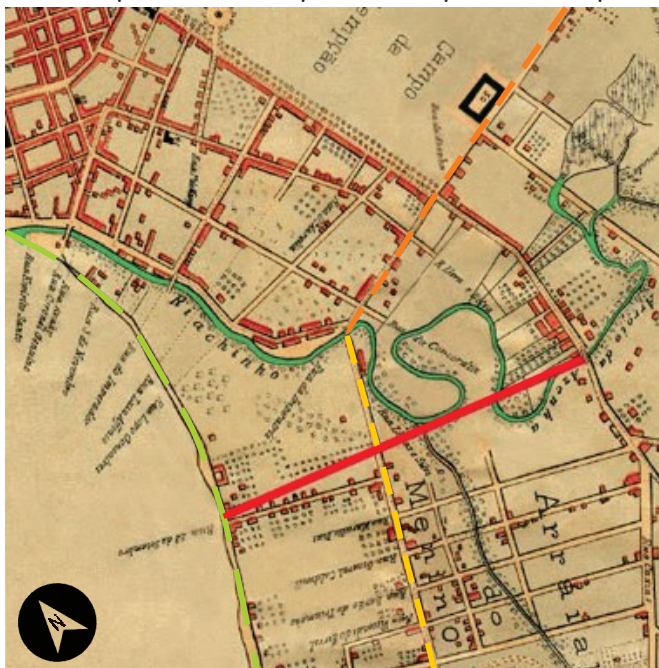
O Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre, elaborado pelo arquiteto João Moreira Maciel, em 1914, norteou à modernização da cidade sob três conceitos básicos: circulação, higienização e embelezamento. Dentre as mudanças executadas a abertura, retificação e alargamento de vias (especialmente a Av. Aureliano de Figueiredo Pinto) juntamente com a destruição d'A Ilhota, para a canalização do Arroio Dilúvio, impactaram na configuração da malha urbana, dando origem à lotes residuais, hoje utilizados para o projeto.

Comparando os mapas abaixo, percebe-se que no

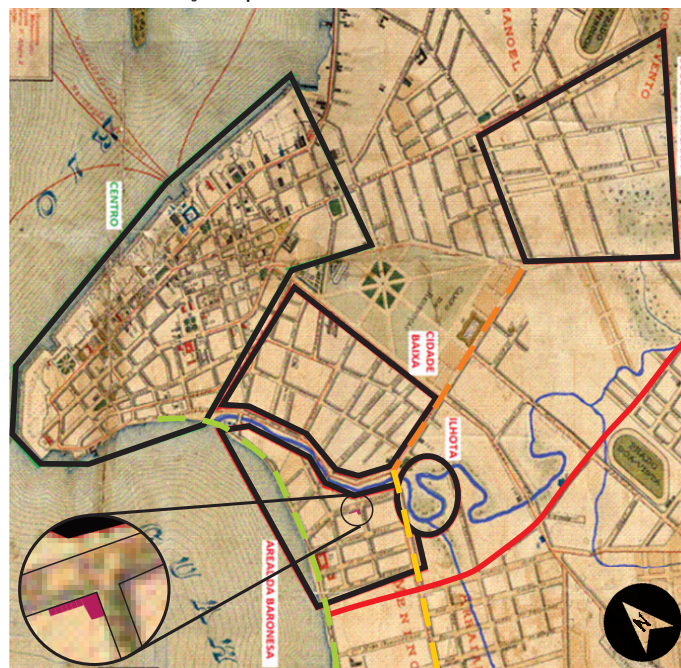
primeiro, de 1888, os bairros Cidade Baixa e Menino Deus ainda possuem grandes quarteirões, com o plano de canalização do Dilúvio marcado em vermelho, que daria origem à Av. Ipiranga; no segundo mapa, do início do século XX, já percebemos alteração nas divisões da malha urbana de ambos os bairros.

Como referência destaca-se o Arroio Dilúvio em verde/azul, além da Av. Praia de Belas em verde limão, a Av. Getúlio Vargas em amarelo e a Rua Venâncio Aires em laranja. Tentou-se posicionar os lotes de projeto, em roxo, numa localização aproximada.

Conforme visto nos mapas, o lote se insere em zona de inflexão da malha urbana e mesmo com as crescentes reformas e surgimento de novas edificações, a localização ainda mantém características de lotes estreitos e profundos, de construções simples e residencial em maioria, evocando seu passado como região de escravos, com pequeno grão nas pré-existências, evidenciando pequenos espaços nos miolos de quadra que serviam para questões de habitabilidade das edificações e pequenos pátios de serviço, conforme mapa de figura e fundo abaixo:



Edição sobre mapa de Porto Alegre, final século XIX.
Fonte: acesso virtual em Sul21.



Edição sobre mapa de Porto Alegre, início século XX.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho



■ Espaço Construído □ Vazios ■ Lotes de projeto

5. LEVANTAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

5.3 Uso do solo e atividades existentes

Através de dados coletados com levantamento in loco foi possível confeccionar dois mapas de análise referente ao uso do solo e às atividades existentes. No primeiro caso, sobre os usos do solo, foi feito levantamento de edificações existentes e seu respectivo potencial de pavimentos, constatando que a microregião mantém um caráter de baixa volumetria, com forte presença de sobrados de 2 pavimentos. Posteriormente,

com mudança no Plano Diretor, surgiram edificações com 3 e 4 pavimentos. Mais recentemente notamos a presença de poucos prédios mais altos. No segundo caso, referente às atividades, foi observado o caráter funcional das edificações, constatando forte presença de residências e edificações mistas, com alguns comércios espalhados, porém em sua maioria concentrados em ruas com mais atratividade, como Av. Lima e Silva e Rua da República.



1 pavimento 2 pavimentos 3-4 pavimentos 5+ pavimentos não analisadas lotes de projeto



residencial comercial misto institucional / religioso não analisados lotes de projeto

5.4 Características especiais de edificações, espaços abertos e vegetação

No entorno imediato e quadras adjacentes não se nota nenhuma edificação com características especiais. Segundo a SMAM, estima-se que Porto Alegre possua um milhão e 300 mil árvores em vias públicas, organizadas segundo o Plano de Diretor de Arborização Urbana (PDAU). Consta no entorno a presença de arborização adequada, com massas de diferentes tamanhos, ao longo das vias, em calçadas e em alguns miolos de quadra.



vazio edificações vegetação existente lotes de projeto

5. LEVANTAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

5.5 Sistema de circulação veicular e peatonal, hierarquia, capacidade e demanda por estacionamento

Segundo a Secretaria de Planejamento Municipal, através de Anexo 9 do PDDUA, referente a classificação e perfis viários, classifica-se as vias do entorno imediato do sítio como Vias Locais e Via Arterial de 2º Nível, sendo esta, também, corredor de circulação/ônibus, conforme representado em mapa abaixo. É possível o acesso caminhando, visto que as calçadas tem larguras aceitáveis e estão bem cuidadas, no geral.

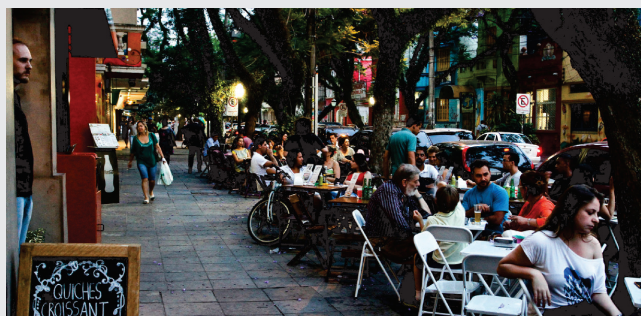


edificações via arterial de 2º nível
corredor de ônibus via local lotes de projeto

5.6 Redes de infraestrutura: água, drenagem, esgoto, energia e iluminação

Por ser uma área de bairro consolidada e central, a mesma é muito bem atendida em toda a gama de infraestrutura básica. Há rede de água abastecida diretamente pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), rede de recolhimento de esgoto, rede de drenagem do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), fornecimento de luz pela CEEE e recolhimento de lixo pelo DMLU.

[a dualidade dos múltiplos caracteres do bairro, em fotos]



Entardecer boêmio. Foto: Cristine Rochol/PMMA.



Carnaval de rua, 2014. Foto: Pedro Tesch.

5.7 Aspectos qualitativos e quantitativos da população residente e usuária

O bairro Cidade Baixa pertence à Região de Orçamento Participativo 16/Centro. Conforme dados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e IBGE- Censo 2010, indica-se a situação da população abaixo, destacando, entre parênteses, a variação com relação ao sendo de 2000.

- População/2010: 18.450 moradores (+1,65%) (1,31% da população do município)
- Homens: 7.934 (+3,37%)
- Mulheres: 10.516 (-2,48%)
- Crianças: 1.029 (-37,16%)
- Jovens entre 19 e 29 anos: 4.917 (+19,44%)
- Adultos entre 30 e 59 anos: 7.984 (-1,01%)
- Idosos de 60 anos ou mais: 3.550 (+4,05%)
- Área: 0,93km² (0,20% da área do município)
- Densidade: 19.838,71hab/km²
- Rendimento médio mensal dos responsáveis por domicílio: 5,92 salários mínimos (-46,80%)
- Total de domicílios: 9.832
- Domicílios do tipo casa: 539
- Domicílios do tipo apartamentos: 9.272

Salienta-se aqui que, até então, não existe publicação de levantamento de dados adequados por parte do IBGE sobre a população LGBT+, ficando assim difícil mensurar parte da população usuária.

5. LEVANTAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

5.8 Levantamento fotográfico



Vista aérea, com marcação das fotografias.



1 Visão da esquina oposta



Vistas internas da praça Laurentino Zottis, pertencente a SMAM, atualmente gradeada, mostrando seu desuso e a presença de moradores de rua.



2 Visão sentido Av. Aureliano de Figueiredo Pinto



3 Visão sentido Rua Múcio Teixeira



Perfil 1: montagem de fotos da testada junto a Rua Múcio Teixeira



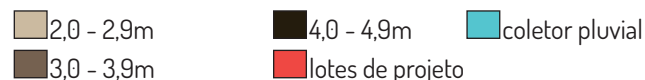
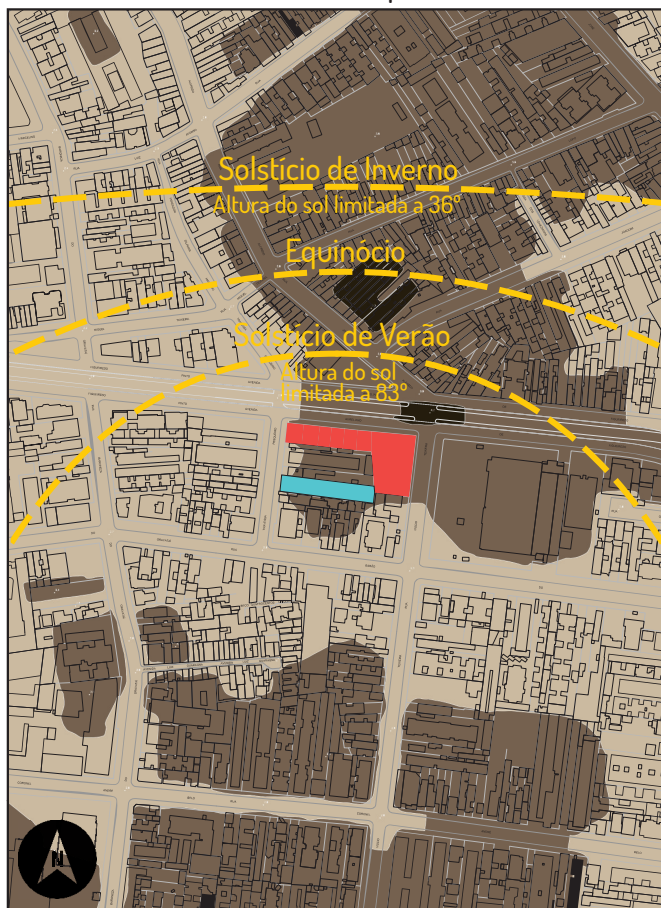
Perfil 2: montagem de fotos da testada junto a Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto

5. LEVANTAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

5.9 Levantamento plani-altimétrico, orientação solar, alinhamento, loteamento, e cadastro, levantamentos aerofotogramétricos, e outros documentos históricos

Segundo a Carta Planialtimétrica mais recente, de 2015, nota-se que o bairro e o próprio entorno não possuem grandes diferenças em elevações nem acidentes em relação ao relevo, conforme mapa abaixo:

O terreno encontra-se, praticamente em sua



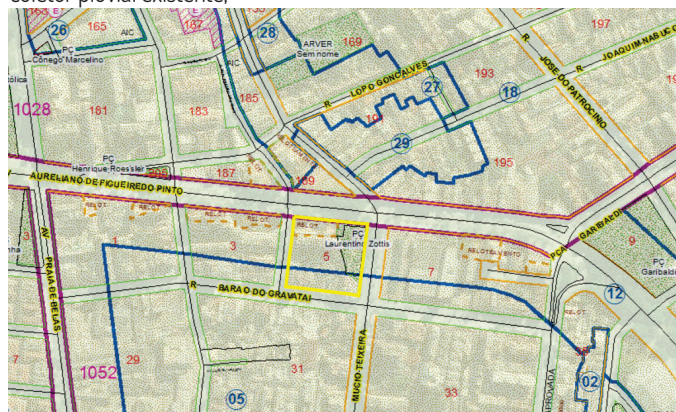
totalidade, dentro do mesmo patamar de elevações (3,0 - 3,9m), não apresentando acidentes, podendo ser considerado plano em função da Carta e fotos do local.

Destaca-se, porém a presença de coletor pluvial existente em terreno na mesma quadra.

ENDEREÇO: AV AURELIANO DE FIGUEIREDO PINTO, Reloteamento
MZ1 UEU 52 QTR 005 BAIRRO MENINO DEUS

REGIME URBANÍSTICO	Subunidade 12	DENS.	ATIV.	APROV.	VOL.
		17	5,0	17	11

- * Área de ocupação intensiva
- * Os imóveis com frente para esta via devem atender os dispostos no Anexo 7.2 e observação (2) do Anexo 7.1 da Lei Complementar 434/99, atualizada pela Lei Complementar 646/10.
- * Isento de Recuo de Jardim.
- Sistema de Circulação
- Alinhamento 4,00m do meio fio
- Largura do logradouro 34,00m
- * verificar área não edificável no interior do quarteirão em função do coletor pluvial existente,



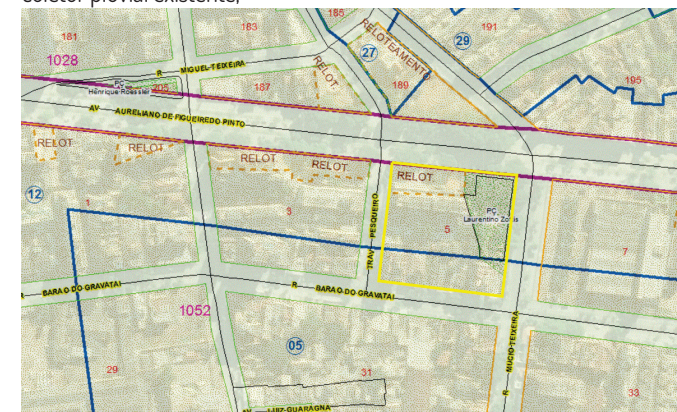
Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Dmweb / Procempa.

Segundo a Declaração Municipal Informativa de ocupação e uso do solo (LC 434/99, modificada pela LC 646/10), todos os lotes encontram-se na Macro Zona 1, dentro da Subunidade 12, possuindo regime urbanístico igual, conforme comparação abaixo:

ENDEREÇO: R MUCIO TEIXEIRA, 1
MZ1 UEU 52 QTR 005 BAIRRO MENINO DEUS

REGIME URBANÍSTICO	Subunidade 12	DENS.	ATIV.	APROV.	VOL.
		17	5,0	17	11

- * Área de ocupação intensiva
- * Os imóveis com frente para esta via devem atender os dispostos no Anexo 7.2 e observação (2) do Anexo 7.1 da Lei Complementar 434/99, atualizada pela Lei Complementar 646/10.
- * Isento de Recuo de Jardim.
- Sistema de Circulação
- Alinhamento conforme definição arquivo SMURB
- Largura do logradouro 25,00m
- * verificar área não edificável no interior do quarteirão em função do coletor pluvial existente,

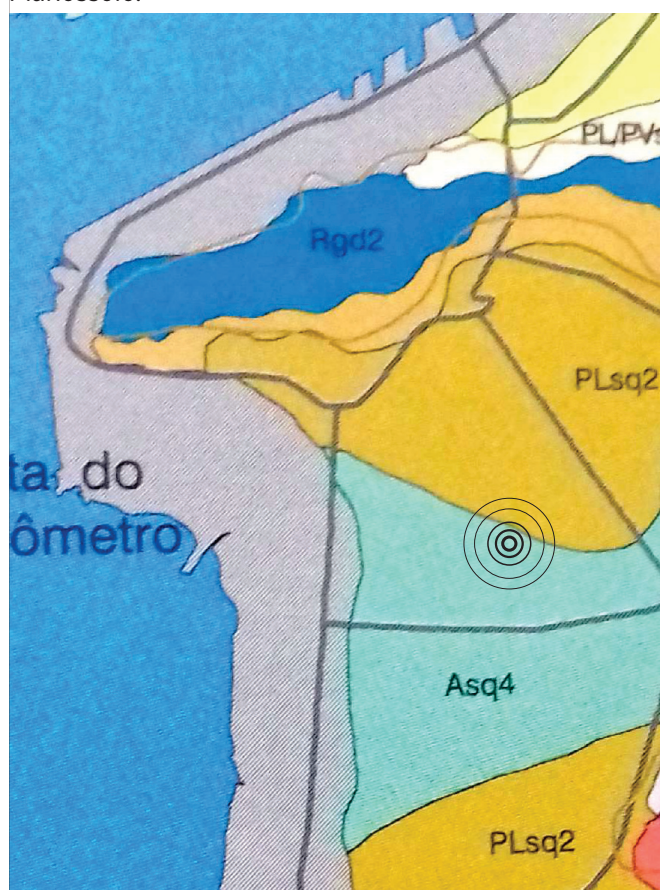


Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Dmweb / Procempa.

5. LEVANTAMENTO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

5.10 Estrutura e drenagem do solo, acidentes naturais, galerias subterrâneas

Além de retificação do Riacho e presença de coletor pluvial, já citados anteriormente, segundo o Atlas Ambiental de Porto Alegre, a região possui características geotécnicas hidromorfológicas, situado próximo a divisão (antigo traçado do Riacho) entre Zona Aluvial e Zona de Planossolo.

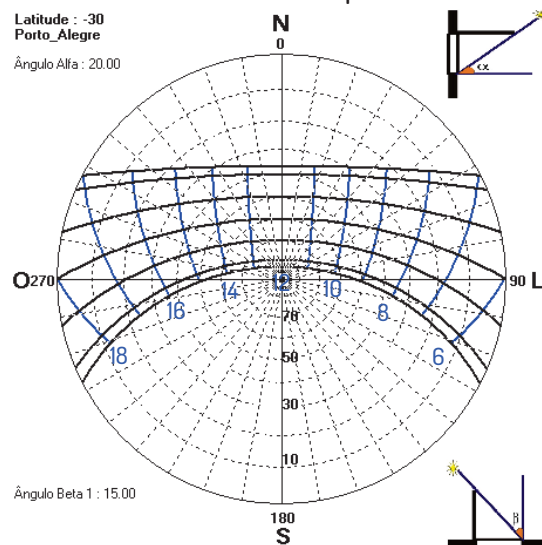


- Aluvial. Substrato: depósito fluvial.
- Planossolo. Substrato: depósito de terraço lacustre antigo.

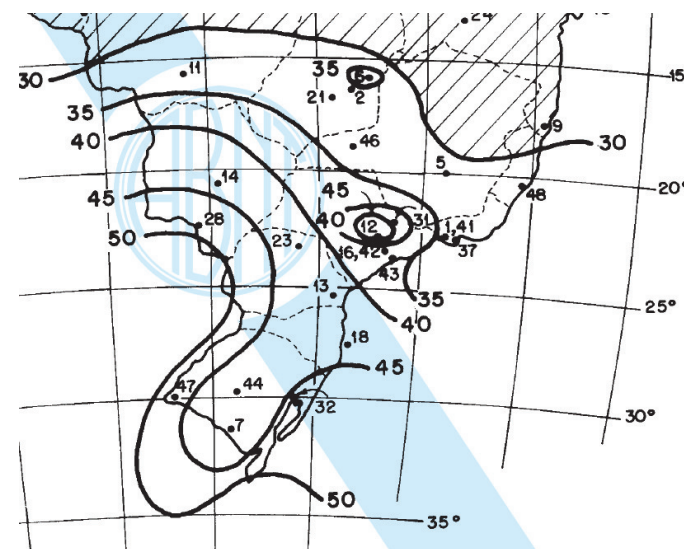
5.11 Micro-clima: umidade, insolação, ventos, acústica, fontes de poluição

O clima de Porto Alegre é subtropical úmido, apresentando as quatro estações do ano, embora por situar-se numa zona de transição, tenha como característica a grande variabilidade dos elementos da meteorologia. Apresenta umidade relativa do ar elevada, em média anual de 76%, com temperatura média em faixa

de conforto de cerca de 20°C, com ventos em média regular de cerca de 45 m/s. Por se tratar de uma capital urbana existem diversos tipos e fontes de poluição, contudo a zona de projeto, em específico, não apresenta nenhum problema neste sentido.



Carta solar de Porto Alegre. LabEEE - UFSC.



Isopletas da velocidade básica dos ventos. NBR 6123/1988.

Dados climatológicos para Porto Alegre													
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Maj	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
Temperatura máxima absoluta (°C)	40,7	40,6	38,1	36	33,4	31,6	32,9	35,2	38	38,2	39	39,8	40,6
Temperatura máxima média (°C)	30,2	30,1	28,3	25,2	22,1	19,4	20,3	20,4	21,8	24,4	26,7	29	24,8
Temperatura média (°C)	24,6	24,6	23,1	19,9	16,9	14,3	14,4	15,2	16,8	19,1	21,2	23,3	19,5
Temperatura mínima média (°C)	20,5	20,8	19,3	16,3	13	10,7	10,7	11,5	13,1	15	17	18,9	15,6
Temperatura mínima absoluta (°C)	10,1	11,9	9,6	4,5	2,3	-1,9	-1,1	-1,2	2,2	4,9	6,7	10	-1,9
Precipitação (mm)	105,9	99,2	104,7	77,3	90	138,4	118,5	137,1	142,2	121,3	92,4	93,4	1 320,2
Dias com precipitação (≥ 1 mm)	9	8	8	7	8	9	9	9	10	9	8	7	101
Umidade relativa (%)	71	74	75	77	81	82	81	79	78	74	71	69	76
Horas de sol	239	208,1	200,7	180,3	166,1	136	148,6	151,1	151,2	201,9	216,6	245,2	2 244,8

Instituto Nacional de Meteorologia.

6. CONDICIONANTES LEGAIS

6.1 Código de Edificações e Plano Diretor Municipal

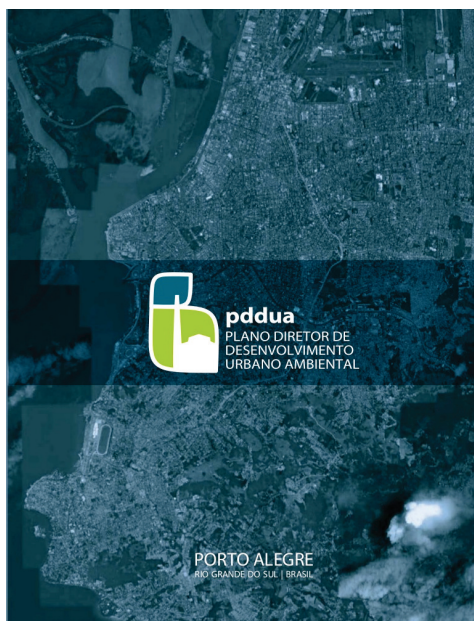
Segundo o Plano Diretor, após consulta dos lotes mostrados no item 5.9, temos que:

PDDUA	GRUPAMENTO DE ATIVIDADES	ANEXO 5.1
CÓDIGO	ZONAS DE USO	
05	Mista 02	

PDDUA		DENSIDADES BRUTAS						ANEXO 4
ÁREA DE OCUPAÇÃO	CÓDIGO	ZONA	DENSIDADE BRUTA - 85% DE CONSOLIDAÇÃO					
			SOLO PRIVADO		SOLO CRIADO		TOTAL	
			hab/ha (moradores + empregados)	econ./ha	hab/ha	econ./ha	hab/ha	econ./ha
INTENSIVA	17	Corredor de Centralidade e de Urbanidade	385	110	105	30	490	140

PDDUA	LOGRADOUROS COM ISENÇÃO DE RECUO PARA AJARDINAMENTO	ANEXO 2
LOGRADOURO	LADO	TRECHO
Av. Aureliano de F. Pinto	Par/Ímpar	Av. Borges Medeiros até Av. Getúlio Vargas
R. Múcio Teixeira	Par/Ímpar	Av. Aureliano de F. Pinto até Av. Ganzo

PDDUA		RESTRIÇÃO QUANTO À IMPLANTAÇÃO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE OCUPAÇÃO INTENSIVA						ANEXO 5.4
SERVIÇOS	INÓCUOS	PREDOMINANTE RESIDENCIAL GA 01	MISCIGENAÇÃO					PREDOMINANTE PRODUTIVA GA 13
			MISTA 1 GA 03	MISTA 2 GA 05	MISTA 3 GA 07	MISTA 4 GA 09	MISTA 5 GA 11	
		SEM RESTRIÇÃO	SEM RESTRIÇÃO	SEM RESTRIÇÃO	SEM RESTRIÇÃO	SEM RESTRIÇÃO	SEM RESTRIÇÃO	SEM RESTRIÇÃO



PDDUA		ÍNDICES DE APROVEITAMENTO			ANEXO 6 (NR)
ÁREA DE OCUPAÇÃO	CÓDIGO	ÍNDICES DE APROVEITAMENTO (IA)		IA máximo por terreno (índice de aprov. + índice alienável adens.) (IA + IAA)	Quota Ideal (QI)
		ZONA	IA		
INTENSIVA	17	Corredor de Centralidade e de Urbanidade	1,9	3,0 + índice de ajuste	75m ²

PDDUA		REGIME VOLUMÉTRICO EM FUNÇÃO DAS UEU's			ANEXO 7.1	
ÁREA DE OCUPAÇÃO	CÓDIGO	USOS	ALTURAS			TAXA DE OCUPAÇÃO
			MÁXIMA (m)	DIVISA(m)	BASE(m)	
INTENSIVA	11 ⁽²⁾	Predom. Residencial / Mistas	52,00	12,50 e 18,00 ⁽²⁾	4,00 e 9,00 ⁽²⁾	75% e 90% ⁽²⁾

(2) Os imóveis com frente para os eixos constantes no Anexo 7.2 e na Área Central terão altura na divisa de 18,00 m, base de 9 m e taxa de ocupação de 90% na base e 75% no corpo.

6. CONDICIONANTES LEGAIS

6.2 Normas de proteção contra incêndio

O Código de Proteção Contra Incêndio de Porto Alegre, instituído pela Lei Complementar 420, define que:

Art. 1º: Fica obrigatório a instalação de equipamentos e o atendimento de medidas de proteção contra incêndio em todas as edificações e estabelecimentos existentes, em construção e a construir no Município de Porto Alegre, de acordo com as disposições deste Código.

Identificou-se o seguintes para o programa proposto:

- Ocupação/Usos: B-1 Albergues, Grau de Risco: 4
- Ocupação/Usos: F-7 Locais para refeições, Grau de Risco: 8
- Ocupação/Usos: D-1 Serviços Profissionais, Grau de Risco: 3

Segundo o Código de Edificações de Porto Alegre, Capítulo XI: Instalações e Equipamentos de Proteção Contra Incêndio Art. 207 – As edificações deverão ser providas de instalações e equipamentos de proteção contra incêndio, de acordo com as prescrições das normas brasileiras e da legislação municipal específica. Parágrafo único – No que diz respeito aos aspectos construtivos da edificação, deverão ser observadas as disposições legais relativas a:

- a) saídas de emergência de acordo com a norma NB-208;
- b) saída eventual por pavimento;
- c) isolamento de riscos;
- d) reserva de água para incêndio de acordo com o capítulo I deste título.

6.3 Normas de acessibilidade universal

A norma brasileira NBR 9050 - Acessibilidade das Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos, estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. Deve haver possibilidade de acesso de cadeira de rodas aos espaços, adotando vãos mínimos para passagem, rampas e elevadores, bem como piso tátil, sanitários acessíveis, etc.

6.4 Normas de proteção do ambiente natural e patrimônio histórico e cultural

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) de Porto Alegre é o órgão executivo responsável pela proteção do sistema natural e pelo controle da qualidade ambiental no município. Historicamente, a Smam priorizou a ampliação e a gestão de áreas verdes urbanas.

Os bens tombados pelo Município são aqueles de interesse por seu valor histórico, paisagístico, morfológico ou técnico. São protegidos pela Lei de Tombamento - LC 275/92 e passam a integrar o Patrimônio Cultural de Porto Alegre após serem inscritos no Livro do Tombo.

A área de projeto não apresenta bens com valor patrimonial e, como já desenvolvido antes, possui praça sem espécies preservadas, em estado de desuso, com cercas e moradores em situação de rua.

6.5 Normas de provedores de serviço de eletricidade, telefone, água, etc.

Como já descrito anteriormente a localização de projeto situa-se em zona urbana bem consolidada, com a presença de infraestrutura básica completa.

As empresas responsáveis pelo fornecimento desses serviços são:

- CEEE (energia elétrica)
- DMAE (água e esgoto)
- DMLU (lixo)
- DEP (drenagem)
- Telefonia e lógica (Oi, Net e outras).

Cada empresa possui seus termos de contrato e serviço, mas o já atendimento na área faz crer que não haveria nenhuma problemática quanto às prestações.

6.6 Normas de uso do espaço aéreo, áreas de marinha, da saúde, turismo, etc.

Não encontrou-se nenhum outro fator complicante ou dependente de norma própria na área referente ao uso do espaço aéreo, áreas de marinha, da saúde, turismo, etc, contudo deixa-se claro que se por eventualidade, ao longo do desenvolvimento do ante-projeto, surgir qualquer condicionante que demande de tratamento por norma específica, a mesma será seguida.

7. FONTES DE INFORMAÇÃO

7.1 Bibliografias, legislação, manuais técnicos, entrevistas, etc...

Publicações e artigos

Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social. CORTÉS, José Miguel G. Editora Senac, São Paulo, 2008.

Carta dos direitos dos usuários da saúde. Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília, 2011.

Direitos LGBT's. Cartilha, Assembléia Legislativa do RS, / PSOL, 2015.

Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre. RS: 2014. Organizado por KOPTTIKE, Alberto. BASSANI, Fernanda. – Porto Alegre: Editora Bestiário, 2014.

Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015. Organizado por Fernanda Melchionna e Nina Becker, colaboração de Raquel Matos e Lara Nasi. – Porto Alegre: Stampa Comunicação, 2015.

Respeito abre portas para o acolhimento. Revista Radis, nº 128, maio de 2013.

Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013 Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília, 2016.

A arquitetura nunca mais será a mesma: considerações sobre gênero e espaço. ANTUNES, Lia P. S. Gil, 2015

Normativos

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre. L.434/99 atualizado em 2011.

NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2015.

Código de Edificações de Porto Alegre. Lei Complementar nº 284/92 – 5ª Ed. – CORAG, 2001.

Código de Proteção contra Incêndio de Porto Alegre. Lei Complementar nº 420 /1998 – 4ª Ed. – CORAG, 2001.

NBR 15220: Desempenho térmico de edificações. 2003.

NBR 6123: Forças devidas ao vento em edificações. 1988.

Atlas Ambiental de Porto Alegre. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 3ª Ed., 1999.

Websites

portoalegremanalise.procempa.com.br

grupogaydabahia.com.br

revistaforum.com.br

revistaladoa.com.br

agenciabrasil.ebc.com.br

portoalegre.rs.gov.br

saude.rs.gov.br

redebrasilatual.com.br

capital.sp.gov.br

unasus.uerj.br/

dmweb.procempa.com.br

brasil.gov.br

wscom.com.br

8. MATERIAL COMPLEMENTAR

8.1 Histórico Acadêmico



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Portal de Serviços

Histórico do Curso



DIOVANE DOS SANTOS PEDRUZZI
Cartão 194554

Vinculo em 2017/1

Curso: ARQUITETURA E URBANISMO
Habilitação: ARQUITETURA E URBANISMO
Currículo: ARQUITETURA E URBANISMO

HISTÓRICO ESCOLAR

Lista das atividades de ensino de graduação cursadas pelo aluno na UFRGS

Ano Semestre	Atividade de Ensino	Turma	Conceito	Situação	Créditos
2016/2	CLIMATIZAÇÃO ARTIFICIAL ARQUITETURA	U	A	Aprovado	2
2016/2	URBANISMO IV	C	B	Aprovado	7
2016/2	EDIFICAÇÕES III	A	B	Aprovado	4
2015/1	PROJETO ARQUITETÔNICO VI	C	C	Aprovado	10
2015/1	URBANISMO III	B	B	Aprovado	7
2015/1	PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA	B	C	Aprovado	4
2015/1	LEGISLAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA ARQUITETURA	U	A	Aprovado	2
2015/1	PRÁTICAS EM OBRA	D1	A	Aprovado	4
2014/2	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO B	U	C	Aprovado	4
2014/2	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM OBRA I	A	B	Aprovado	2
2014/2	URBANISMO II	B	B	Aprovado	7
2014/2	ACÚSTICA APLICADA	B	B	Aprovado	2
2014/2	PLANO DIRETOR CONTEÚDO E TENDÊNCIAS	U	A	Aprovado	2
2014/1	MORFOLOGIA E INFRAESTRUTURA URBANA	B	C	Aprovado	4
2014/1	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO A	U	B	Aprovado	4
2014/1	TEORIA E ESTÉTICA DA ARQUITETURA II	B	A	Aprovado	2
2014/1	PROJETO ARQUITETÔNICO V	A	B	Aprovado	10
2013/2	ESTRUTURAS DE AÇO E DE MADEIRA A	U	C	Aprovado	4
2013/2	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO C	A	A	Aprovado	4
2013/2	PROJETO ARQUITETÔNICO IV	B	C	Aprovado	10
2013/2	URBANISMO I	A	B	Aprovado	6
2013/1	ANÁLISE DOS SISTEMAS ESTRUTURAIS	U	B	Aprovado	4
2013/1	ESTABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES	U	B	Aprovado	4
2013/1	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS A	U	A	Aprovado	4
2013/1	HABITABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES	A	A	Aprovado	4
2013/1	TÓPICOS ESPECIAIS EM URBANISMO IC	U	B	Aprovado	2
2012/2	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO B	U	B	Aprovado	4
2012/2	PROJETO ARQUITETÔNICO III	B	B	Aprovado	10
2012/2	TEORIAS SOBRE O ESPAÇO URBANO	A	A	Aprovado	4

Ano Semestre	Atividade de Ensino	Turma	Conceito	Situação	Créditos
2012/2	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS A	B	C	Aprovado	2
2012/2	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS B	A	B	Aprovado	2
2012/1	EVOLUÇÃO URBANA	A	B	Aprovado	6
2012/1	ESTUDO DA VEGETAÇÃO	A	A	Aprovado	3
2012/1	RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS PARA ARQUITETOS	B	C	Aprovado	4
2012/1	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO A	U	B	Aprovado	4
2012/1	PROJETO ARQUITETÔNICO II	B	A	Aprovado	10
2012/1	DESENHO ARQUITETÔNICO III	C	A	Aprovado	3
2011/2	MECÂNICA PARA ARQUITETOS	B	C	Aprovado	4
2011/2	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE III	B	B	Aprovado	2
2011/2	ARQUITETURA NO BRASIL	U	A	Aprovado	4
2011/2	TEORIA E ESTÉTICA DA ARQUITETURA I	A	B	Aprovado	2
2011/2	PROJETO ARQUITETÔNICO I	B	B	Aprovado	10
2011/2	DESENHO ARQUITETÔNICO II	C	A	Aprovado	3
2011/2	INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA II	B	A	Aprovado	3
2011/1	CÁLCULO E GEOMETRIA ANALÍTICA PARA ARQUITETOS	U	C	Aprovado	6
2011/1	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE II	A	B	Aprovado	2
2011/1	LINGUAGENS GRÁFICAS II	C	B	Aprovado	3
2011/1	DESENHO ARQUITETÔNICO I	A	A	Aprovado	3
2011/1	INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA I	B	A	Aprovado	3
2011/1	INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO II	A	B	Aprovado	9
2011/1	PRÁTICAS SOCIAIS NA ARQUITETURA E NO URBANISMO	A	A	Aprovado	2
2010/2	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE I	B	B	Aprovado	2
2010/2	LINGUAGENS GRÁFICAS I	D	B	Aprovado	3
2010/2	GEOMETRIA DESCRITIVA APLICADA À ARQUITETURA	D	B	Aprovado	4
2010/2	MAQUETES	D	A	Aprovado	3
2010/2	TÉCNICAS DE REPRESENTAÇÃO ARQUITETÔNICA	D	C	Aprovado	3
2010/2	INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO I	B	B	Aprovado	9

ATIVIDADES LIBERADAS

Ano Semestre	Atividade de Ensino	Considera Créditos	Créditos
2016/1	TÉCNICAS RETROSPECTIVAS (ARQ01018)	Sim	4
2016/1	PROJETO ARQUITETÔNICO VII (ARQ01020)	Sim	10
2017/1	ECONOMIA E GESTÃO DA EDIFICAÇÃO (ARQ01073)	Sim	4

Créditos do Currículo

Obrigatórios:	262
Obrigatórios Convertidos: (Soma das cargas horárias de caráter obrigatório de atividades sem créditos / 15)	36
Eletivos:	10
Complementares:	6
Tipos de atividades complementares:	2

Créditos Obtidos

Obrigatórios:	256
Obrigatórios Convertidos:	0
Eletivos:	30
Complementares:	32
Tipos de atividades complementares(*):	2

8. MATERIAL COMPLEMENTAR

8.2 Portfólio resumido da produção acadêmica



Projeto Arquitetônico I (2011/2)
Professor: Luis Henrique Hass Luccas
Projeto de residência geminada no Bairro Vila Assunção, na Zona Sul de Porto Alegre. Adotando princípios de habitabilidade, como orientação solar, bem como racionalidade estrutural.



Projeto Arquitetônico II (2012/1)
Professor: Angélica Paiva Ponzio e Andréa Soler Machado
Projeto de Hotel Design situado em Itapuã, em Porto Alegre. O projeto transitou pelos conceitos de design internacional para fundamentação, adotando soluções mais flexíveis, permitindo proposta mais criativa.



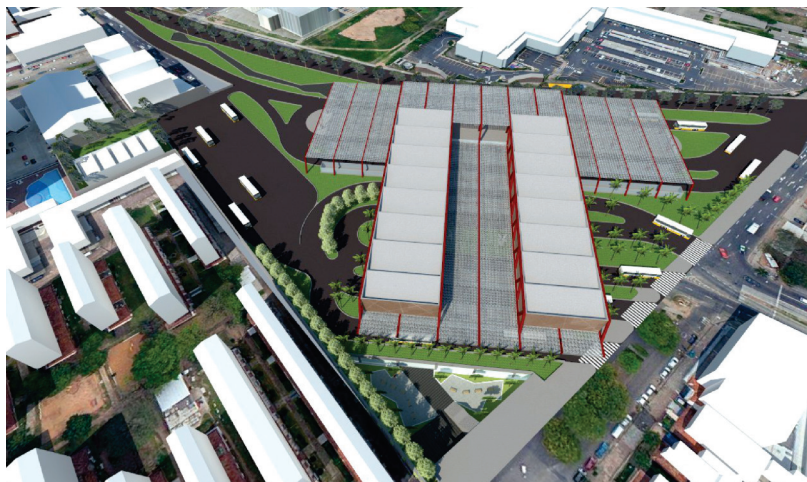
Projeto Arquitetônico III (2012/2)
Professor: Douglas Aguiar
Projeto de edificação em altura, situado na Av. Loureiro da Silva, em Porto Alegre. De uso misto, contendo, residência, escritórios e comércio na base, utilizou-se o conceito de prédios com galerias e terraço ocupado com funções condominiais de lazer.



Projeto Arquitetônico IV (2013/1)
Professor: Ana Carolina Pellegrini
Projeto de conjugação e reformulação de dois apartamentos, na região central de Porto Alegre. Buscou-se o desenvolvimento na área de interiores.

8. MATERIAL COMPLEMENTAR

8.2 Portfólio resumido da produção acadêmica

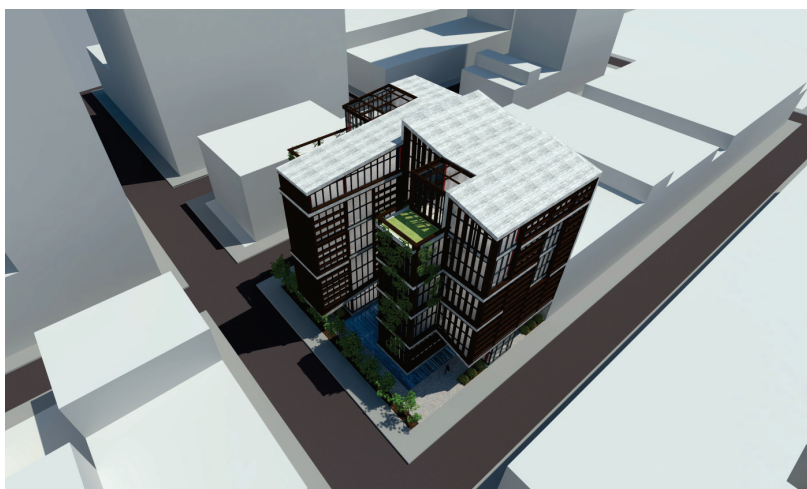
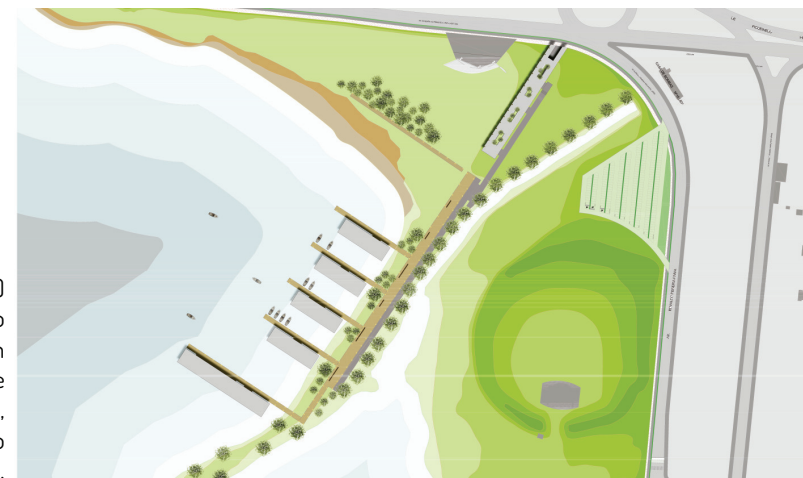


Projeto Arquitetônico V (2011/2)
Professor: Luis Carlos Macchi, Sergio Marques e José Luiz Canal.

Projeto de requalificação do Terminal Triângulo em Terminal Intermodal, unificando com a ampliação das linhas da Trensurb. Projeto com grande impacto urbano, baseado em rigor construtivo e mobilidade.

Projeto Arquitetônico VI (2015/1)

Professor: Angélica Ponzio e Andréa Soler Machado
Projeto de Hotel Design situado em Itapuã, em Porto Alegre. O projeto transitou pelos conceitos de design internacional para fundamentação, adotando soluções mais flexíveis, permitindo proposta mais criativa.



Intercâmbio acadêmico
Arch Design IV (2015/2)
Professor: Vojislav Ristic

Projeto de edificação com proposta de biblioteca comunitária para a região central da Philadelphia (PA - Estados Unidos), através da reflexão de qual seria o papel de uma biblioteca nos tempos atuais e a quais configurações contemporâneas ela deveria se adequar.



8. MATERIAL COMPLEMENTAR

8.2 Portfólio resumido da produção acadêmica



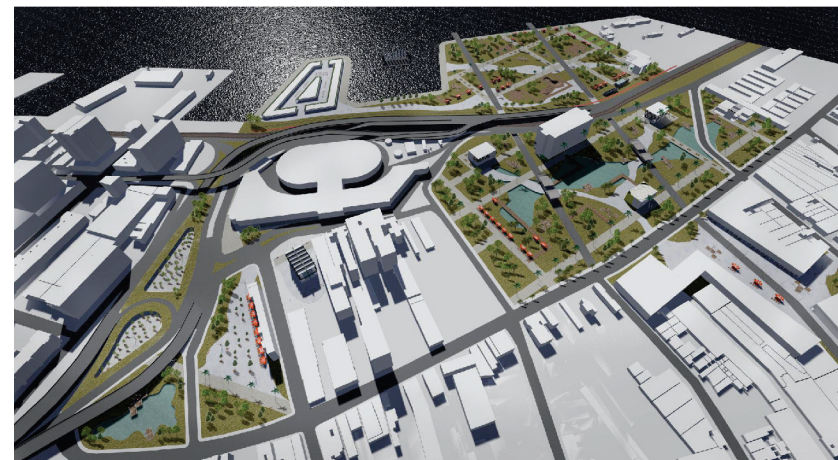
Urbanismo I (2013/2)
Professor: Inês Martina Lersch, Livia Piccinini, Paulo Reyes
Projeto de revitalização de parte da Orla do Guaíba, em Porto Alegre, na região do Gasômetro, incluindo parte dos galpões do Cais e alguns miolos de quadra.



Urbanismo II (2014/2)
Professor: Andrea da Costa Braga, Clarice Maraschin, Clarice Misoczky de Oliveira, Inês Martina Lersch
Requalificação de área, com loteamento, no terreno do atual Country Club de Porto Alegre, trabalhando com declividade em terreno acidentado, correção de curvas de nível e análises populacionais que nortearam as configurações das edificações.



Urbanismo III (2015/1)
Professor: Leandro Andrade, João Rovati e Clarice Misoczky de Oliveira
Projeto de urbanização para a Barra do Ribeiro, levando em consideração a tradição da cidade, a população local e os desastres naturais que afetaram a cidade.



Urbanismo IV (2016/2)
Professor: Inês Martina Lersch, Gilberto Cabral e Heleniza Ávila Campos
Projeto de revitalização para área central de Porto Alegre (Rodoviária e arredores) em estado de abandono ou com pouco atrativo atual.